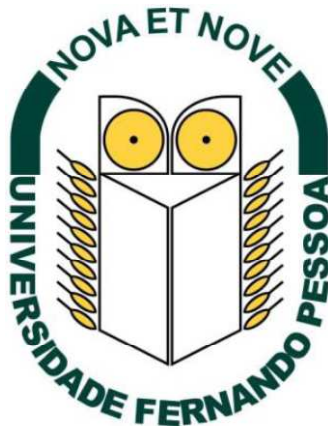


Sílvia Coutinho Martins

**Crime e Vitimação: A Perceção da Insegurança/Segurança da
População de uma Comunidade da Área do Porto**

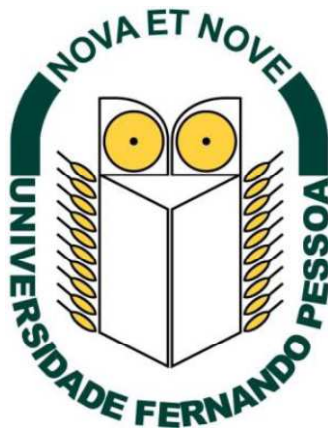


Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2015

Sílvia Coutinho Martins

**Crime e Vitimação: A Perceção da Insegurança/Segurança da
População de uma Comunidade da Área do Porto**



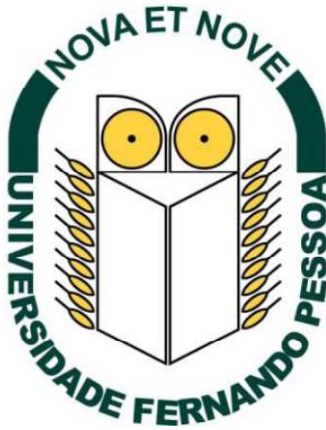
Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2015

Sílvia Coutinho Martins

**Crime e Vitimação: A Perceção da Insegurança/Segurança da
População de uma Comunidade da Área do Porto**



A aluna

(Sílvia Coutinho Martins)

Tese de Mestrado apresentada à
Universidade Fernando Pessoa, de
Sílvia Coutinho Martins como parte dos
requisitos para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Jurídica sob
orientação da Professora Doutora Laura
Nunes.

Porto, 2015

Resumo

A presente dissertação debruça-se sobre a problemática da (in)segurança e a vitimação da população residente numa comunidade específica do norte de Portugal, mais especificamente na área do Porto. Devido aos poucos estudos sobre esta temática, é de todo relevante compreender o fenómeno tendo para isso, como objetivos principais, estudar a perceção da vitimação daquela população nos últimos cinco anos, a criminalidade presente/temida e a atuação das instâncias formais de controlo social.

Para o alcance dos objetivos supramencionados adotou-se um desenho de estudo de carácter exploratório, descritivo, transversal, observacional baseado no autorrelato.

O questionário foi administrado a 200 indivíduos, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 15 e os 97 anos. Após os resultados obtidos, chegou-se à conclusão de que dos 200 sujeitos do estudo 25 foram vítimas de crimes nos últimos cinco anos. Os crimes mais apontados foram o roubo, furto e tráfico de drogas e os crimes mais temidos pela população são o roubo, a agressão física e o assalto à residência.

O estudo revelou uma perceção de insegurança pela maior parte dos inquiridos e também um aumento da criminalidade, que referem como causas o desemprego e os problemas económicos vividos naquela cidade. Para aumentar a segurança nesta zona os inquiridos sugerem mais policiamento e reabilitação urbana.

Esta investigação poderá ser um contributo para aprofundar o conhecimento e a importância deste tipo de estudos através dos Diagnósticos Locais de Segurança, para a diminuição dos sentimentos de (in)segurança das comunidades na sua zona de residência.

Palavras - Chave: Criminalidade, Vitimação, Segurança/Insegurança, Diagnóstico Local de Segurança

Abstract

The present dissertation deals with the problematic of (in)security and victimization of the population living in a specific community of northern Portugal, more specifically in the area of Porto. Due to the small number of studies on this issue, it is vitally relevant to understand the phenomenon having as main objective to realize the study of victimization of that population in the last five years, present/feared and the involvement of the official institutions of social control.

In order to reach the above mentioned objectives it was adopted a study design with an exploratory, descriptive, transversal and observational purpose based on self-report.

The questionnaire was administered to 200 individuals of both sexes, aged between 15 and 97 years. After the results, it was concluded that 25 of the 200 individuals of the study were victims of crime in the last five years. The most frequently mentioned crimes were robbery, theft and drug trafficking and the most feared crimes by the population are robbery, physical assault and home robbery.

The study revealed the perception of insecurity by most respondents as well as an increase in crime caused, in the opinion of the respondents by unemployment and economic problems experienced in that city. To increase safety in the area the respondents suggest more policing and urban regeneration.

This investigation may be a contribution to deepen the knowledge and the importance of this type of studies through the local safety diagnostics and also to reduce the feelings of (in)security of the communities in their residential area.

Keywords: Criminality, Victimization, Security/Insecurity, Local safety diagnostics

Agradecimentos

Finalizada esta etapa importante da minha vida não poderia deixar de agradecer de forma intensiva e profunda a todos aqueles que me apoiaram nesta grande caminhada e me deram a força para a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar à ilustre Universidade Fernando Pessoa pela excelente Universidade que se distingue a todos os níveis e por todos os requisitos necessários na formação de profissionais exemplares, foi sem dúvida com a ajuda de toda a equipa desta Universidade que fiz a longa caminhada do meu percurso académico, um bem-haja!

À orientadora da minha dissertação de Mestrado Professora Doutora Laura Nunes, por toda a disponibilidade e apoio incondicional demonstrado, por indicar o caminho mais acertado a seguir e por, tão pacientemente, ter prestado atenção a todas as frustrações inerentes a esta etapa final. A sua exigência como orientadora e professora apenas me enriqueceu, a nível pessoal e profissional, acreditando sempre em mim e no meu trabalho, incentivando-me a cada minuto, em cada lágrima derramada de luta quando muitas das vezes pensei em desistir.

À coordenadora de mestrado, Professora Doutora Ana Sani que foi sem dúvida dos meus grandes pilares e para todas as minhas colegas do mestrado de Jurídica, um exemplo a seguir como profissional e pessoa e a todos os professores (as) pelos ensinamentos ao longo destes sete anos, sem dúvida que contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal.

À minha filha, por todos os dias me lembrar que sou a melhor mãe do mundo e que de tudo sou capaz, é sem dúvida a minha vida, não teria tanta força para concretizar e finalizar todo o meu curso sempre com o único objetivo de me forçar para o meu futuro e para o dela, o meu maior orgulho e incentivo para concluir esta etapa!

Aos meus pais, pela preocupação constante do meu bem-estar e por acreditarem que serei sempre alguém importante, faça o que fizer, e acreditando sempre que iria conseguir até ao fim. Obrigada por todo o carinho, amor, sacrifício e apoio, não há palavras nem existem para descrever o que sinto por vocês meus pais.

À minha irmã, por me dizer todos os dias que sou o maior orgulho da vida dela e por tão pacientemente ter-me apoiado naqueles momentos que achei que não iria conseguir e por ter sido a tia mais fantástica que fez papel de “mãe” enquanto eu desenvolvia esta última etapa longe de tudo e todos...Obrigada minha irmã amo-te intensamente!

À minha família por ter acreditado sempre em mim, principalmente ao meu avô que tanto me incentivou para acabar esta reta final quando me faltavam forças e à minha avó que partiu deste mundo à pouco tempo e que sempre me apoiou nestes anos do meu percurso universitário dizendo-me todos os dias que sou o orgulho dela, dedico este esforço à minha “estrelinha” do céu!

Um especial obrigada aos meus amigos (as) que tiveram sempre lá nos bons e maus momentos do meu percurso enquanto estudante universitária, sem pôr de parte alguns/algumas, mas nomeadamente às minha amigas/os de sempre e para sempre Maria João, Sandra, Tânia, Vânia, Cristiana, Raquel, Sara, Marlene, Nadine, Diana, Melissa, Hugo, Márcio, Hélder, Óscar, André, César e Rui por todo o apoio, carinho, amizade e força que me transmitiram nesta reta final. A vossa amizade não tem limites, sem vocês não teria forças para concluir esta etapa.

À Doutora Ana pela ajuda incondicional nesta etapa final e por não me ter deixado desistir, obrigada do fundo do coração!

Às minhas colegas de curso (Eugénia, Ana Lúcia, Margarida, Joana, Sandra, Laetitia, Vera, Maria João, Joana Dias, Ana Margarida, Ana Leones), que me acompanharam ao longo destes anos. Obrigada por toda a amizade, partilha de experiências, escuta e força quando mais precisei. Nunca serão esquecidos estes anos maravilhosos de curso na vossa companhia e nunca me esquecerei de vocês. A todos o meu muito Obrigada!

À minha filha, aos meus pais, ao meu avô e à minha irmã.

Índice Geral

Introdução.....	1
Parte A - Enquadramento Teórico.....	3
Capítulo I Conceitos e teorias.....	4
1.1. Conceito de cidade, crime e vitimação.....	4
1.2. Conceito e sentimentos de (in)segurança.....	7
1.3. O crime nas cidades e abordagens explicativas.....	8
1.4. Perceção do risco e medo do crime nas cidades.....	12
1.5. Incivilidades e fatores de risco que levam ao comportamento antissocial.....	14
1.6. Prevenção criminal/situacional nas cidades.....	16
Capítulo II Os Diagnósticos Locais de Segurança e as Estatísticas Criminais.....	18
2.1. Conceito de diagnósticos locais de segurança e sua importância.....	19
2.2. Caracterização da comunidade/área urbana em análise.....	20
2.3. O papel da PSP na segurança/insegurança das populações nas cidades.....	20
2.4. A criminalidade participada em Portugal e países da União Europeia.....	22
2.5. Estudos realizados sobre a perceção de segurança/insegurança, da vitimação e da criminalidade em Portugal e países da União Europeia.....	25
Parte B - Contribuição Empírica.....	30
Capítulo III Apresentação do estudo empírico.....	31
3.1. Nota introdutória.....	32
3.1.1. Método.....	32
3.1.2. Material e procedimento.....	33
3.1.3. Participantes.....	34
3.2. Apresentação dos resultados.....	37
3.2.1. Resultados relativos às perceções de segurança.....	37
3.2.2. Resultados relativos às perceções de vitimação.....	43
3.3. Discussão dos resultados.....	59

Conclusão	66
Referências		
Bibliográficas	70
Anexos	79

Índice de Abreviaturas

DGAI- Direcção Geral de Administração Interna

DLS- Diagnóstico Local de Segurança

EPAV- Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima

MAI- Ministério de Administração Interna

MIPP- Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade

ONU- Organização das Nações Unidas

OPC- Órgãos de Polícia Criminal

PSP- Polícia de Segurança Pública

RASI- Relatório Anual de Segurança Interna

Índice de Quadros

Quadro 1.	Medidas descritivas do sexo dos participantes do estudo.....	34
Quadro 2.	Medidas descritivas da idade dos participantes do estudo.....	35
Quadro 3.	Medidas descritivas da nacionalidade dos participantes do estudo....	35
Quadro 4.	Medidas descritivas do estado civil dos participantes do estudo.....	35
Quadro 5.	Medidas descritivas da escolaridade dos participantes do estudo.....	36
Quadro 6.	Medidas descritivas do tipo de habitação dos participantes do estudo.....	36
Quadro 7.	Medidas descritivas da situação ocupacional dos participantes do estudo.....	36
Quadro 8.	Medidas descritivas que identificam se os participantes do estudo vivem sós ou acompanhados.....	37
Quadro 8.1.	Medidas descritivas que identificam com quem vivem os participantes do estudo.....	37
Quadro 9.	Medidas descritivas da percepção de (in)segurança.....	38
Quadro 10.	Medidas descritivas das justificações da percepção da segurança/insegurança.....	38
Quadro 11.	Medidas descritivas da evolução da criminalidade.....	39
Quadro 12.	Medidas descritivas das justificações para a percepção da evolução da criminalidade.....	39
Quadro 13.	Medidas descritivas da percepção dos crimes mais praticados naquela área	40
Quadro 14.	Medidas descritivas da percepção dos crimes mais temidos naquela área.....	41
Quadro 15.	Medidas descritivas das condições apontadas como favorecedoras do crime.....	42
Quadro 16.	Medidas descritivas das incivilidades mais identificadas naquela área.....	42
Quadro 17.	Medidas descritivas das vítimas de crimes nos últimos 5 anos.....	43
Quadro 18.	Medidas descritivas da tipologia de crime para a vitimação.....	44
Quadro 19.	Medidas descritivas das consequências da vitimação.....	44
Quadro 20.	Medidas descritivas do período do dia de ocorrência dos crimes.....	45
Quadro 21.	Medidas descritivas dos locais da ocorrência dos crimes.....	45

Quadro 22.	Medidas descritivas da situação da vítima quanto a estar só ou acompanhada.....	46
Quadro 23.	Medidas descritivas da relação ofensor- vítima.....	46
Quadro 24.	Medidas descritivas do contacto com as autoridades.....	47
Quadro 25.	Medidas descritivas das justificações do contacto/não contacto com as autoridades.....	47
Quadro 26.	Medidas descritivas da formalização/não formalização da queixa.....	48
Quadro 27.	Medidas descritivas das justificações relativas à formalização/não formalização da queixa.....	48
Quadro 28.	Medidas descritivas da percepção das medidas tomadas pelas autoridades.....	49
Quadro 29.	Medidas descritivas quanto ao grau de satisfação/ insatisfação face às medidas tomadas pelas autoridades e as razões pelas mesmas.....	50
Quadro 30.	Medidas descritivas das vítimas de crime nos últimos 5 anos (vitimação indireta).....	51
Quadro 31.	Medidas descritivas da relação do participante com a vítima (vitimação indireta).....	52
Quadro 32.	Medidas descritivas da tipologia de vitimação sofridos (vitimação indireta).....	52
Quadro 33.	Medidas descritivas das consequências da vitimação (vitimação indireta).....	53
Quadro 34.	Medidas descritivas do período do dia de ocorrência dos crimes (vitimação indireta).....	53
Quadro 35.	Medidas descritivas dos locais da ocorrência dos crimes (vitimação indireta).....	53
Quadro 36.	Medidas descritivas da situação da vítima quanto a estar só ou acompanhado (vitimação indireta).....	54
Quadro 37.	Medidas descritivas da relação ofensor- vítima (vitimação indireta)..	54
Quadro 38.	Medidas descritivas do contacto com as autoridades (vitimação indireta).....	54
Quadro 39.	Medidas descritivas das justificações do contacto ou não com as autoridades (vitimação indireta).....	55

Quadro 40.	Medidas descritivas da formalização/não formalização da queixa (vitimação indireta).....	55
Quadro 41.	Medidas descritivas das justificações relativas à formalização/não formalização da queixa (vitimação indireta).....	56
Quadro 42.	Medidas descritivas das medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta).....	57
Quadro 43.	Medidas descritivas do grau de satisfação/insatisfação face às medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta).....	57
Quadro 44.	Medidas descritivas das justificações em relação à (in)satisfação com as medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta).....	58

Introdução

A presente dissertação de mestrado tem como tema central o crime e a vitimação, a perceção de insegurança/segurança por parte da população residente numa comunidade específica da área do Porto. O interesse por esta temática surgiu assim, em termos académicos, pelo estudo realizado numa outra área da cidade do Porto (Sani & Nunes, 2013a), e pelos resultados obtidos, que levaram a que houvesse interesse em desenvolver uma análise semelhante noutras regiões.

Nos últimos anos, as questões relacionadas com a vitimação, a insegurança e a criminalidade têm vindo a ser objeto de estudo e de preocupação por parte das instâncias formais, da imprensa e dos próprios cidadãos. O aumento da criminalidade, acompanhado de uma preocupação constante do sentimento de insegurança, é uma das consequências mais visíveis das profundas alterações a nível social, cultural e até económico que marcam a sociedade contemporânea (Esteves, 1998).

O alastramento do crime é um fator importante de insegurança dos indivíduos na sua zona de residência (Hur & Morrow-Jones, 2008). É no contacto com a sua zona de residência, percecionando as características físicas e sociais da mesma, que os indivíduos vão criando ideias sobre eles face a uma falta de controlo social percebida (Skogan, 1986). Sendo assim essa perceção afeta a vida das pessoas, criando sentimentos de insegurança que podem afetar o seu bem-estar. Esta perceção da vitimação e da segurança/insegurança por parte da população revela-se de grande importância para que as forças policiais possam definir as suas modalidades de atuação e prevenção (Leite, 2005).

A área urbana em análise, à semelhança do que se passa com várias comunidades urbanas, tem sido, nos últimos tempos, foco de atenção e alvo de alguma apreensão por parte das autoridades de segurança em termos de criminalidade (Rito & Nunes, 2012). O distrito do Porto é a segunda área metropolitana com valores mais representativos da criminalidade (16%) depois do distrito de Lisboa (25%) (Ministério da Administração Interna, 2012).

Considerando a pertinência do tema, definiram-se como objetivos gerais deste estudo o de estudar a perceção da população de uma comunidade específica, a respeito da segurança na sua área residencial; bem como o de identificar a existência e caracterização de situações de vitimação. Mais especificamente, esta análise pretende identificar a perceção da ocorrência criminal e a eventual presença dos crimes mais

temidos pelos residentes; identificar/tipificar eventuais perfis de vitimação; e captar a percepção das vítimas a respeito da atuação policial.

O estudo é de carácter exploratório, descritivo, transversal, observacional, baseado no autorrelato com base na técnica do questionário, administrado a 200 indivíduos residentes na área urbana em causa.

A presente dissertação encontra-se estruturada em duas partes: a primeira expõe a componente teórica, contemplando dois capítulos e a segunda parte refere-se ao estudo empírico realizado.

A primeira parte está subdividida em dois capítulos. O primeiro e o segundo capítulo remetem para a componente teórica onde se apresenta a revisão da literatura sobre os conceitos mais pertinentes para este estudo bem como os estudos já realizados a nível nacional e internacional.

A segunda parte incluiu o terceiro capítulo, que corresponde ao estudo empírico e apresenta o estudo efetuado no âmbito da presente dissertação de mestrado. Encontra-se neste terceiro capítulo o objetivo geral do estudo, a caracterização da amostra, o instrumento utilizado e onde é também descrito o procedimento de recolha de dados. É também neste capítulo que se faz a apresentação dos resultados obtidos. De seguida, é feita a discussão dos resultados que consistirá na reflexão sobre os resultados obtidos.

Finalmente é feita uma conclusão na qual será refletida uma análise da investigação, as limitações do estudo e debatidas algumas questões e propostas importantes para a investigação futura.

Parte A. Enquadramento Teórico

CAPÍTULO I. Conceitos e Teorias

1.1. Conceito de cidade, crime e vitimação

Neste capítulo começamos por definir o conceito de cidade, seguindo-se da corrente da Criminologia mais concretamente o crime, e por fim a corrente da Vitimologia abordando o conceito de vítimas.

O autor Ramirez (2000) definiu cidade como uma área geográfica de cariz social que engloba uma escala de fenómenos diários que ocorrem simultaneamente em locais afastados e independentes. Tratando-se de uma relação de interesses económicos e sociológicos que refletem a distribuição e acomodação geográfica de um grande número de indivíduos num espaço restrito daí a propagação do crime ser um fator importante a ter em conta devido aos sentimentos de insegurança por parte da população na cidade onde vivem (Machado, 2004).

O ambiente residencial inclui a habitação do indivíduo, o seu bairro ou área de residência, os vizinhos e a comunidade urbana em geral, isto é, a cidade (Ramirez, 2000).

Sendo um conjunto de lugares e atividades, em constante relação e mudança, a cidade resulta da integração da cultura na forma urbana, delineando o seu comportamento antissocial em locais públicos que, por sua vez, influenciará o pensamento, formas de ação e planeamento, bem como a estrutura da cidade e desta forma, conduz ao aumento da criminalidade (Ramirez, 2000).

As autoras Sani e Nunes (2013a) defendem que é necessário ter em conta que para além da ocorrência de crimes nestas áreas urbanas, as situações de vitimação não são mais elevadas em todas as áreas da cidade, sendo também em determinadas zonas rurais. Ora, a prática do crime e a vitimação resulta então num fenómeno que se prende com aspetos em permanente interação

O crime, a desordem e a insegurança nunca estão distribuídos de forma igual, enquanto algumas comunidades mantêm-se seguras, outras têm áreas residenciais que experienciam níveis mais elevados de criminalidade. Viver com uma persistente elevada taxa de criminalidade causa danos graves à saúde, à qualidade de vida dos cidadãos como afeta o bem-estar presente e futuro das comunidades. Assim, estes aspetos fragilizam a cidadania e potenciam a ocorrência do crime (Sani & Nunes, 2013a).

É consensual que é extremamente difícil definir crime, de forma concreta, uma vez que existem várias definições praticamente indistintas para definir o mesmo conceito como comportamento antissocial, delinquência e crime (Nunes & Trindade, 2014).

Ainda segundo os mesmos autores cada crime é diferente em termos psicológicos, sociais e jurídicos considerando-se que um ato criminoso é visto como uma violação de uma norma reprovável em termos sociais e psicologicamente danosa. No entanto, trata-se de um estilo de comportamento, de afastamento de normas legais, violando regras sociais e/ou legais (Nunes & Trindade, 2014).

O autor Durkheim foi quem muito contribuiu para a definição de crime. Segundo este autor os indivíduos cometiam crimes devido a uma confusão de valores. É assim que Durkheim desenvolve o conceito de anomia, ou seja, ausência de normas. A Criminologia utiliza várias palavras para descrever um fenómeno criminal, nomeadamente crime, delito, delinquência e infração (Cusson, 2002). Em termos jurídicos é todo o ato que o delinquente comete, que viola o previsto pela lei, originando a aplicação de uma pena ou uma medida de segurança (Cusson, 2002).

A Criminologia tradicional procurou enfatizar as causas do crime e como prevenir a sua ocorrência (Cusson, 2002); a Criminologia Crítica preocupava-se em responder ao porquê que determinadas pessoas são tratadas como criminosas e que consequências poderão resultar dessa escolha (Dias & Andrade, 1997) e as teorias de cariz ambiental pretendem responder a perguntas acerca das circunstâncias do crime (onde? quando? contra quem? como?) e não se baseiam apenas no autor do crime (Bernasco, 2009).

Assim, cada corrente procurou encontrar respostas diferentes e questionar-se de forma distinta sobre esta matéria. Importa agora também realçar a corrente de Vitimologia e definir o conceito de vítimas de crimes.

No que concerne à Vitimologia, esta é para alguns autores uma ciência independente da Criminologia com estatuto próprio, para outros a Vitimologia é apenas um ramo da Criminologia (Dignan, 2005).

Uma das definições da disciplina de Vitimologia foi dada pelo autor Fattah (2000), que distingue Vitimologia Teórica e Vitimologia Aplicada. O autor diz-nos que a Vitimologia Teórica é o estudo das vítimas de crime, suas características, suas interações e relações com os criminosos e do seu contributo para a ocorrência do crime. Pelo contrário, a Vitimologia Aplicada é a aplicação do conhecimento através do estudo e da pesquisa já junto das vítimas, prestando-lhes auxílio através de mecanismos de apoio ou mesmo através da prevenção (Fattah, 2000).

Outros autores definem vítima como sendo a pessoa que individual ou coletivamente, sofreu danos, incluindo prejuízos físicos ou psicológicos, perda dos seus direitos, através de atos que violem leis criminais incluindo os que proíbem o abuso de poder (Neves & Fávero, 2010).

A literatura acerca da vitimação geral demonstra que as consequências decorrentes da experiência criminal dependem, entre outros fatores (individuais, do crime, etc.) da tipologia do crime. O impacto físico ocorre mais nos crimes violentos como o roubo por esticção, a ofensa à integridade física, por outro lado o impacto material está mais associado aos crimes contra o património como os de roubo e furto. No que concerne aos fatores psicológicos, independentemente da categoria criminal, a maioria das vítimas segundo as investigações relatam alterações neste domínio após a experiência de vitimação criminal (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2002).

É de salientar que os moradores das áreas urbanas, pelo estudo em si, correm maior risco de vitimação criminal que os residentes em zonas rurais e, dentro de uma grande cidade, as pessoas que vivem ou trabalham em determinadas áreas são mais propensas à vitimação do que outras (Fattah, 2010), sendo que esta vitimação está associada às características pessoais das vítimas variando através de aspetos sociodemográficos, sociais e espaciais (Neves & Fávero, 2010).

Várias investigações dão-nos a conhecer, como é o caso da presente dissertação, se a vítima denuncia ou não os crimes às instâncias formais, pois segundo os investigadores esta questão está muito ligada com a prevenção da criminalidade futura, com o fim do episódio, com o desejo ou não pela punição do ofensor, por fim, com a crença de reaver compensação pelos danos sofridos.

A não denúncia por parte da vítima deve-se designadamente, pelo medo de represálias pelas entidades formais; a eficácia do sistema judicial; sentimentos de culpa pela vítima; medo do ofensor pós-denúncia; desejo pela vítima em manter o episódio de vitimação na esfera privada (Thompson et al, 2007).

Contudo, todas estas experiências de violência nas cidades e áreas circundantes podem ter, como se verificou, um impacto muito negativo na vida das pessoas. As diferentes interpretações dos acontecimentos violentos dependem da forma como cada um de nós percebe o mundo e a vida envolvendo não só a experiência pessoal, mas também a matriz social e cultural a que pertencemos.

Após a definição de conceitos e explicações dos mesmos vejamos então no subcapítulo seguinte os sentimentos que as pessoas apresentam em termos de

segurança/insegurança da sua vida nas cidades mais concretamente na sua zona de residência.

1.2. Conceito e sentimentos de (in)segurança

Cada vez mais se dá importância à segurança pois o sentimento de segurança/insegurança são subjetivos e pessoais relacionando-se com as construções sociais, os medos e as angústias pessoais quando confrontados com o perigo real. Daí que cada sentimento de insegurança deve ser analisado nas suas circunstâncias específicas, atendendo a fatores que podem de alguma forma, contribuir para o seu surgimento: o crime, a vitimação, a notícia do crime, o passado individual ou coletivo, o local, a decadência do espaço, as condições sociais e económicas, os fatores culturais, históricos e políticos, no fundo, todos os elementos objetivos e subjetivos capazes de representar uma construção mental dos medos (Lourenço & Lisboa, 1997).

Deste modo, podemos compreender o fenómeno de (in)segurança em duas dimensões, o sentimento de (in)segurança objetiva e subjetiva. O primeiro compreende fatores como o crime, a vitimização, os comportamentos desviantes, ou seja, o risco de ser vitimizado mas com números estatísticos. O sentimento de (in)segurança subjetivo remete ao medo de ser vítima de crime, isto é, o que cada indivíduo pensa do fenómeno do crime (Roché, 1996).

Roché (1993) definiu o sentimento de insegurança como sendo o conjunto de manifestações de medo pessoal ou das preocupações comportamentais, individuais ou coletivas e apenas assim será explicado a centralidade da insegurança relativamente a outros meios da sociedade moderna.

Lourenço (1998, p.24) por sua vez define o sentimento de insegurança como um *“conjunto de manifestações de inquietação, de perturbação e de medo (...), cristalizados sobre o crime”*.

O sentimento de insegurança surge associado assim, a um clima generalizado de ansiedade cuja origem assenta no rápido processo de mudanças sociais da sociedade moderna e que o aumento da criminalidade é uma das consequências mais visíveis. Os assaltos na via pública e os sucessivos furtos em residências e estabelecimentos comerciais tornaram os sentimentos de insegurança mais intensos, embora este receio de hoje muitas vezes é amplificado pela comunicação social que transmite que o criminoso

está em todo o lugar e nem sempre é anónimo, podendo ser qualquer indivíduo, conhecido ou até familiar (Chesnais, 1981).

Segundo Giddens (1996) o aumento da criminalidade e o subsequente aumento do sentimento de insegurança têm por base o processo de globalização que descaracterizou os sistemas sociais, levando a rutura das relações sociais. Neste contexto, atualmente o sentimento coletivo de insegurança adensa-se ao mesmo tempo certifica-se a perda de confiança dos cidadãos no próprio estado em assegurar um clima de segurança e de ordem social.

Em muitos países, a desconfiança na eficácia das polícias é assumida por um grande número de indivíduos, o que se reflete nos estudos e nas investigações da não denúncia de um número elevado de crimes, sendo que a insegurança deixou de ser um problema não só de polícia e tornou-se também um problema de sociedade que deve ser combatido em duas frentes simultâneas e complementares: a prevenção das causas e o evitamento das consequências (Lourenço & Lisboa, 1997).

Este sentimento de segurança/insegurança por parte das populações torna-se um complexo sistema de representações e de práticas sociais (Giddens, 1996), portanto mais do que descrever a sua frequência e intensidade importa estudar as ligações que estabelecem os seus principais componentes como veremos nos subcapítulos seguintes: o crime nas cidades e suas abordagens explicativas bem como o medo do crime nas mesmas e os fatores de risco que levam à prática do crime.

1.3. Crime nas cidades e abordagens explicativas

É pertinente atender às abordagens explicativas do crime, por outras palavras importa fazer uma retrospectiva sobre as teorias que fundamentaram o conceito de crime e que procuraram dar respostas às causas mais prováveis para a ocorrência de atos desviantes.

Existem muitas teorias que pretendem dar explicação ao fenómeno crime enquanto outras teorias respondem a perguntas como: os porquês de serem cometidos atos delinquentes num determinado lugar, como esses crimes são cometidos e também a explicação para a escolha de uma determinada vítima.

Os autores Brantingham e Brantingham (1991, p.7) definem Criminologia Ambiental como o estudo científico dos “*padrões espaciais do crime, das percepções e*

espaços conscientes dos potenciais criminosos, dos padrões de mobilidade espacial e do processo de seleção de alvos e decisão de cometer o crime”.

No que diz respeito às teorias ambientais, que aqui vão ser abordadas, o ato criminal surge a partir das atividades ilegais e padrões comuns; assim, o crime torna-se uma condição sistemática e distribui-se de forma não aleatória (Wortley & Mazerolle, 2008).

No entanto, e de acordo com vários estudos, muitos dos delinquentes não escolhem uma vítima de forma aleatória, mas de forma planeada e consciente (Bernasco, 2009).

A principal preocupação da Criminologia Ambiental é com o “onde e quando” do evento criminal sendo que todo o comportamento depende de uma interação entre o evento e a pessoa. O crime é aqui então o principal objeto de estudo contemplando os eventos criminais como foco principal, atendendo a fatores legais, temporais, espaciais, o próprio ofensor e por último as vítimas (Wortley & Mazerolle, 2008). Tendo como objetivo principal a prevenção do crime e não a “recuperação do ofensor” (Bernasco, 2009).

Atualmente, a Criminologia Ambiental está associada a três abordagens teóricas que têm como objetivo explicar a acumulação e a localização do crime: a Teoria da escolha racional, a Teoria das atividades rotineiras e a Teoria dos padrões criminais que defendem que o crime ocorre devido aos hábitos diários que lhes estão associados e estes atraem os ofensores (Brantingham & Brantingham, 1991).

A Teoria da Escolha Racional (Cornish, 1993) tem duas componentes essenciais contexto social e o meio ambiente que são deveras importantes para a prevalência de atividades delituosas, isto é, geram-se as oportunidades criminais e por último o comportamento criminal do ofensor que é propositado e racional, que se baseia nas necessidades pessoais do mesmo e na sua satisfação enquanto objetivo final.

Assim, uma das premissas essenciais desta teoria é a racionalidade uma vez que o ofensor faz escolhas que são avaliadas pelo indivíduo tendo por base a avaliação racional dos esforços, recompensas e custos envolvidos para cometer o crime. Esta teoria defende também que o indivíduo comete crimes para satisfazer as suas necessidades essenciais seja elas de cariz sexual ou cariz material, entre outras e que desta forma toma decisões e avalia antes de praticar o crime (Cornish & Clarke, 1986).

A tomada de decisões e a escolha de cometer o crime, pelo ofensor, são feitos de forma rápida uma vez que não têm uma visão holística do problema, portanto, nem sempre o ofensor dispõe de toda a informação necessária podendo assim ignorar ou minimizar riscos. É importante realçar que a experiência de cada um vai ajudar a tomar

as decisões, daí se poder concluir que esta teoria defende uma interação entre o meio ambiente e o ser humano melhorando assim o seu comportamento adaptativo (Cornish, 1993; Rossmo, 2000). Uma outra premissa desta teoria é que a explicação das escolhas criminais tomadas são específicas à tipologia de crime, isto é, diferentes crimes geram diferentes necessidades e tomadas de decisão por parte do delinquente bem como a informação que ele tem varia de crime para crime (Cornish & Clarke, 1986).

Outra das teorias que faz parte da Criminologia ambiental é a Teoria das Actividades Rotineiras dos autores Cohen e Felson que se passa a explicar.

A Teoria das Actividades Rotineiras elaborada por Felson (2002) defende que “*a probabilidade de uma violação ocorrer num qualquer local e momento específicos pode ser encarado como uma função da convergência de potenciais criminosos e alvos adequados na ausência de guardiões capazes*” (Cohen & Felson, 1979, p.590).

Assim entende-se que estes três elementos são necessários para a ocorrência do crime: ofensor, alguém que por algum motivo, poderá vir a cometer um crime o alvo deverá ser alguém que poderá vir a ser vítima de crime e o guardião será alguém que pode observar o crime que esteja a ocorrer e pode levar o ofensor a pensar que o está a observar mas não impede que o crime possa ocorrer (Felson 2002, 2008).

Ainda de acordo com o autor, esta teoria defende que o crime para ocorrer depende de quatro dimensões de um alvo adequado: a) Valor ou desejabilidade do alvo para o ofensor; b) Inércia do alvo, ou seja, tudo que possa facilitar ou dificultar o transporte do alvo; c) Visibilidade do alvo e por fim, d) Acessibilidade do alvo e a facilidade de fuga (Rossmo, 2002; Felson 2002). Esta teoria assenta assim, em três pressupostos básicos: o ofensor procura o prazer evitando a dor; as atividades diárias que permitem ao ofensor a prática ou não do crime e por último a alteração das rotinas obrigam o crime a mudar (Felson, 2002).

É importante realçar as diferenças e semelhanças entre a Teoria da Escolha Racional (Cornish, 1993) e a Teoria das Actividades Rotineiras (Felson, 2002). Como se pode verificar a principal diferença entre as duas teorias é que a primeira lida com o conteúdo das decisões, enquanto a segunda se preocupa com um enquadramento contextual, ou seja, um contexto ecológico que fornece opções a partir das quais são feitas as escolhas. Desta forma, e de acordo com o autor Felson (1986, p. 119) “*As pessoas fazem escolhas, mas não podem ter a certeza da cadeia de acontecimentos que derivará das suas escolhas, incluindo escolhas feitas por outros*”.

Por último surge a Teoria dos Padrões Criminais da autoria de Brantingham e Brantingham (1991). Esta teoria dá ênfase à compreensão do evento criminal como uma ação complexa que depende das atividades diárias dos ofensores e das vítimas, isto é, a distribuição criminal no espaço e no tempo, não é aleatória mas padronizada. Esta teoria defende que os crimes não se distribuem ao acaso pelo tempo e pelo espaço mas devem ser encarados como ações que ocorrem numa situação, num local, num pano de fundo não estático.

Na presente teoria, os autores Brantingham e Brantingham (1991), recorreram à ideia de motivação e oportunidade associando-as à mobilidade e percepção propondo assim um modelo de locais de crime suportado por alguns pressupostos como: a motivação varia consoante o crime e segundo essa motivação o ofensor vai cometer o crime tomando uma decisão em relação à vítima posicionando no espaço e no tempo. Outro pressuposto a considerar é o meio ambiente que através das suas várias características vai ser escolhido pelo ofensor para praticar o crime e assim identificar e localizar as vítimas e os alvos que são aceites ou rejeitados e por vezes os ofensores nem racionalizam a sua sequência e ocorrência.

De acordo com os autores o termo pano de fundo refere-se aos vários elementos presentes na vida quotidiana dos indivíduos e estes podem ser influenciados ou influenciar os atos criminosos.

Assim instalado o modelo, o ofensor define o que vai fazer com os alvos e as vítimas construindo e selecionando o local do crime. Como a distribuição do tempo, do espaço, dos alvos e das vítimas não é regular mas padronizado, os modelos individuais possuem semelhanças que são passíveis de serem identificadas (Brantingham & Brantingham, 1993).

Deste modo, percebe-se que os ofensores e as oportunidades do crime não são estáticas no tempo e no espaço. Ainda segundo os mesmos autores os eventos criminais salientam-se enquanto locais que, por vezes por motivos não criminais, atraem os indivíduos, daí surgirem oportunidades para o crime o que aumenta a relação entre ofensores motivados e alvos (Brantingham & Brantingham, 2008).

Concludentemente, esta abordagem diz-nos ainda que certas áreas das cidades atraem os ofensores como as áreas não vigiadas, áreas onde ocorre o tráfico de drogas, sendo que desta forma o urbanismo influencia o crime através das suas características mesmo que estas áreas não pertençam ao seu espaço diário de atividades (Brantingham & Brantingham, 1993).

1.4. Percepção do risco e medo do crime nas cidades

O risco é um conceito socialmente construído, que varia no espaço e no tempo pois a noção de risco é uma construção social que constitui uma escala de valoração por referência à cultura da pessoa que se desenvolve através da respetiva ação ou reação dos sujeitos de forma individual. Sendo assim, a percepção do risco e a maneira como o indivíduo faz para o controlar é seletiva, isto é, existe em todas as atividades humanas um determinado grau de risco associado, sendo que os riscos decorrentes de cada uma dessas atividades são valorizados de forma diferente (Ferreira, 1997).

As percepções que temos sobre o risco estão associadas à construção mental que fazemos sobre a realidade que nos rodeia. O risco não existe em concreto, é uma construção racional, pois prevê futuros danos, ou seja, se falarmos de risco, assumimos que existe a possibilidade de ocorrência seja ela física, moral, material e daí permitir limitar e controlar a sua concretização ou redução do impacto que possa ter na vítima (Ferreira, 1997). Este conceito foi desenvolvido por Beck em 1992 como estando associado à prevenção e à percepção, quando pela industrialização a sociedade passou a denominar-se sociedade de risco (Giddens, 1991).

A criminalidade provoca elevados prejuízos materiais e mais do que isso consequências psicológicas que contribuem para uma redução da qualidade de vida das pessoas. Sendo assim, o crime tende a fazer aumentar sentimentos de medo e desconfiança por parte dos indivíduos nos locais onde habitam (Ferreira, 1997).

O medo do crime é definido no sentido de uma angústia, ou seja, de um medo estabilizado exterior aos acontecimentos que lhe deram origem e que se manifesta através de comportamentos de proteção ao domicílio, de práticas relativamente à vitimação, sendo assim, o indivíduo expressa-se na primeira pessoa com afirmações como “tenho medo” ou “sinto-me inseguro”, referindo-se ao medo do crime no domicílio, na rua ou a comportamentos delinquentes (Ferreira, 1997).

Por outro lado, o medo do crime refere-se a práticas cautelares dos indivíduos para evitar uma possível vitimação. O medo por exemplo de sair à noite ou de utilizar medidas de segurança traduz uma representação de risco relativamente à segurança da cidade onde se vive (Esteves, 1999).

Esteves (1999) define quatro fatores para a formação do medo relativamente ao crime que levam à insegurança: o contacto direto ou indireto com o crime, informações

distorcidas por vezes dadas pelos meios de comunicação, insatisfação com a justiça e os indicadores do meio envolvente.

Em relação ao primeiro fator, o contacto direto ou de experiências de vitimação de familiares, amigos ou vizinhos como ato criminoso, é um fator muito importante de receio com o crime. Verifica-se que este fator reflete-se na insegurança, onde “ (...) *o medo do crime parece aumentar consideravelmente quando as pessoas entrevistadas estão informadas sobre os delitos em que as vítimas eram conhecidas ou vizinhas (...)* ” (Rico & Salas, 1988 cit. In Esteves, 1999).

Um segundo fator são as informações dadas pelos meios de comunicação sobre a criminalidade. O ênfase dado aos crimes violentos e à espetacularidade do modo como são divulgadas as notícias, tendo como alvo o público mais vulnerável à criminalidade, suscita a alteração da gravidade da realidade do crime preocupações em geral o que contribuirá como elemento componente do sentimento difuso de intranquilidade relativamente ao fenómeno geral, neste caso, o criminal (Esteves, 1999).

A insatisfação/satisfação com a situação do sistema penal e gravidade da realidade do crime é um facto a ter em conta para a formação do medo. Em relação ao crime e aos criminosos também é tido em conta o sentimento de desconfiança por parte dos cidadãos. Isto deve-se sobretudo a motivos como a legislação ineficiente, a convivência com vizinhos e por último os comportamentos considerados possíveis pela sociedade por parte de alguns indivíduos, que constituem também alguns dos fatores que influenciam o sentimento de insegurança (Esteves, 1999).

O crime e a sua percepção parecem estar assim relacionados à distribuição física das pessoas e dos objetos e à maneira como as pessoas percebem e recolhem a informação sobre o ambiente físico que as rodeia, nas ruas, bairros e cidades. Contudo, como já verificamos, o medo do crime e as preocupações inerentes estão dependentes de características pessoais e do meio envolvente.

Várias são as investigações (Brites, Miranda & Baptista, 2004; Machado, 2004) que revelam que os níveis do medo do crime interferem, principalmente, em características demográficas como: sexo, estado civil, idade, características biológicas e características dos espaços urbanos como: ausência de iluminação e lixo na rua. Assim sendo, as incivildades sociais (prostituição, toxicod dependência, álcool) e as incivildades físicas (vandalismo, grafitis) estão ligados ao medo do crime por parte dos residentes nas grandes cidades.

Conclui-se que o medo do crime e a percepção do risco são reações emocionais motivadas por sensações de perigo e ansiedade, devido à ameaça de danos físicos e sociais, sentidos pelo indivíduo no meio envolvente, e que de alguma forma se encontram em associação ao crime (Garofalo, 1981).

1.5. Incivildades e fatores de risco que levam ao comportamento antissocial

Do ponto de vista psicossocial e no âmbito de um comportamento tão complexo como o antissocial, parece pertinente que se dedique um subcapítulo ao conceito de incivildades e quais as mais praticadas, bem como os fatores de risco que podem potenciar o aumento e desenvolvimento de comportamentos antissociais (Nunes & Trindade, 2013).

É de salientar as várias conceções desenvolvidas sobre o conceito de incivildades, que se manifestam através de condutas impropriadas que podem dificultar a consolidação do exercício de cidadania e potenciar a violência urbana (Nunes & Trindade, 2013).

Neto (2006) caracterizou incivildades como os comportamentos desviantes ou impróprios que ocorrem no meio ambiente, com consequências na vida das pessoas e no aumento do sentimento de insegurança. Ainda segundo o mesmo autor, a cidade é constituída por manifestações de insegurança e de expectativas de segurança, tornando-se desta forma fácil passar de um ato de incivildade para um delito, pois aparece cada vez mais como uma influência no desenvolvimento de um processo que acaba por conduzir a atos como o roubo e a agressão.

Das incivildades mais sinalizadas destacam-se o consumo de bebidas alcoólicas, consumo de estupefacientes na via pública, urinar na via pública, deitar lixo na rua, grafitis, danos em espaços verdes e equipamentos, ruído fora de horas, queimar e destruir caixotes do lixo o que segundo os autores, contribuem para uma baixa credibilidade do espaço, com influência no bem-estar subjetivo das pessoas e mais associadas à prática de delitos (Whitley & Prince, 2005).

De facto, as incivildades podem ser símbolos importantes de que os residentes não irão proteger as suas habitações e as suas ruas em caso de ocorrência de crimes, pois sentem-se com medo e inseguros, dando a possibilidade ao ofensor interpretar estes

sinais como medo e assim ser alvos fáceis para escolha das propriedades que parecem menos protegidas (Perkins & Brown, 2004).

É nas grandes cidades que estão concentradas as grandes categorias de crime como o roubo, assalto a edifícios, furto em veículos, sendo assim facilmente compreensível a ligação entre criminalidade/prática de incivildades e crescimento urbano, em que quanto maior for o número de habitantes numa cidade, maior serão os problemas da delinquência (Wikstrom, 1990).

Assim, torna-se pertinente, falarmos dos fatores de risco, por outras palavras os fatores que estão subjacentes ao indivíduo para a prática destas incivildades e /ou comportamentos antissociais como os familiares, escolares, individuais, culturais, socioeconómicos e biológicos (Nunes & Trindade, 2013).

Os fatores familiares têm um impacto enorme desde os primeiros anos de vida do indivíduo, crianças em ambientes familiares violentos, de grande exclusão social, a precariedade de habitação, situações de desemprego dos pais conduzem a situações futuras de delinquência (Esteves, 1998). Outro fator de risco que pode ser apontado é a escola, elementos como fracasso escolar, escola pouco organizada, fraca vinculação à escola e pobre desempenho académico podem também vir a ser importantes fatores de risco para conduzir a comportamentos delinquentes (Tillman, 2006 *cit in* Nunes & Trindade, 2013).

Os fatores psicológicos, que segundo o autor Farrington (1996), constituem características relacionadas à personalidade e ao comportamento das pessoas como o nervosismo, hiperatividade, isolamento, agressividade podem ser fatores importantes para que o indivíduo se associe à delinquência.

De acordo com Tillman (2006, *cit in* Nunes & Trindade, 2013), os fatores apontados anteriormente não ficariam completos sem a referência a fatores de natureza social, económica e cultural. A zona residencial pobre, a presença de grupos com comportamentos desviantes, como os conhecidos *gangs*, a disponibilidade e fácil acesso dos jovens às drogas e armas são fatores de risco também importantes a considerar.

A maioria dos furtos e roubos que ocorrem diariamente nas grandes cidades destinam-se a obter dinheiro para adquirir os estupefacientes que são necessários para a sobrevivência dos toxicodependentes. Esta é uma situação preocupante nos dias de hoje devido ao aumento do crescimento narcotráfico e a impossibilidade de controlar o número de toxicómanos, que encontram nos delitos, como o furto e o roubo a solução para alimentar a sua dependência (Esteves, 1999).

Concludentemente, a falta de vigilância ambiental urbana facilita as incivilidades praticadas pelos indivíduos. É deveras importante tentar prevenir, vigiar e controlar a delinquência através das instâncias formais e informais para tentar prevenir e /ou reduzir os fatores de risco que foram mencionados, para assim tentar reduzir todas as incivilidades e crimes cometidos nas grandes cidades e arredores.

1.6. Prevenção criminal/situacional nas cidades

A questão da prevenção do crime não é recente, pois foi nos finais do século XIX que teve origem na escola Positivista. No entanto, com o crescimento do sentimento de insegurança da população que demonstram comportamentos de desconfiança e insegurança, determinando assim a qualidade de vida pois temem ser vítimas de crimes, daí ser necessário prevenir o crime (Esteves, 1998).

Torna-se então necessário a antecipação de motivações e necessidades como o auxílio de estudo de diagnóstico social, cultural, económico que possam verificar problemas e agir perante eles e não apenas observar a partir das manifestações mais evidentes, públicas e imediatas.

Walker e Shinn (2002) definiram a prevenção como um resultado a atingir e a intervenção como o meio a ser utilizado para atingir esse resultado através de três categorias: a prevenção primária, medidas tomadas para evitar a ocorrência do crime; a prevenção secundária incide no próprio processo de intervenção na ocorrência do crime e a prevenção terciária que incide na recuperação do delinquente e a sua reintegração na sociedade.

Outros autores como Rico e Salas (1988, p. 173) referem que a prevenção é o conjunto de medidas que impedem o aparecimento da delinquência, sendo uma” *intervenção aplicada sobre os jovens inadaptados que vivem nas áreas urbanas com um índice elevado de inadaptação juvenil, com vista a reduzi-la ou preveni-la*”. Outra organização importante na questão da prevenção do crime é dada pela Organização das Nações Unidas (ONU), nos anos 80 do século XX, que propõem medidas para reduzir o risco de ocorrência de um crime e as suas consequências incluindo o medo da população através de intervenções nos fatores de risco que levam às práticas dos crimes.

Assim, segundo a ONU, a prevenção criminal passa por quatro aspetos fundamentais: a) a prevenção do crime através do desenvolvimento social, ou seja, programas que incidem nas famílias em risco; b) a prevenção comunitária que incide em

áreas com problemas económicos e sociais; c) a prevenção situacional do crime, que se traduz em reduzir as oportunidades do crime e fornecer apoio e informação às vítimas planificando a área urbana; d) a prevenção de reintegração criminal com programas de ressocialização para indivíduos com antecedentes criminais através de programas que reduzam o risco de reincidência (*United Nations*, 1990).

Sendo a prevenção do crime, medo e insegurança ações bem-sucedidas, estas trazem benefícios para a sociedade criando comunidades mais seguras, saudáveis e mais fortes, promovendo assim o aumento de segurança nas comunidades, reduzindo os custos sociais associados ao crime contribuindo assim para um desenvolvimento sustentável dos países em que são implementadas medidas ajustadas às diferentes realidades (*United Nations Office on Drugs and Crime*, 2006).

Um dos autores importantes na prevenção do crime foi Gilling (1997) que distinguiu duas abordagens diferentes para a prevenção criminal: a prevenção situacional que incide nas situações que facilitam o crime e a prevenção social que incide nas pessoas e nas suas motivações. A prevenção situacional focaliza a atenção na ofensa e não no ofensor fundamentando no facto de que é mais fácil mudar as situações do que os comportamentos dos indivíduos, através de medidas que tornem o espaço físico menos apelativo à prática de delitos como a colocação de câmaras de videovigilância em locais estratégicos para o controlo dos movimentos dos possíveis infratores.

No entanto, Gilling (1997) referiu que esta abordagem foi alvo de críticas baseadas nos seguintes pressupostos: o mesmo crime num local distinto; o crime num período temporal diferente; a mudança de tática do crime; a mudança de alvo do crime; a mudança do tipo de crime, isto é, o mesmo ofensor comete um crime diferente daquele que inicialmente pretendia e por último na mudança do ofensor, ou seja, novos ofensores ocupam o lugar dos seus antecessores.

Em relação à prevenção social do crime, o autor referiu as motivações sociais e sociopsicológicas que geram a criminalidade, dando como causa as comunidades socialmente desorganizadas e ainda as transformações políticas, económicas, culturais, e sociais que geram nos indivíduos os sentimentos de insegurança, ansiedade e medo tendo assim as teorias da criminologia acompanharem a evolução e adaptarem-se a esta nova realidade para tentar prevenir o crime (Gilling, 1997).

CAPÍTULO II. O Diagnóstico Local de Segurança e as Estatísticas Criminais

2.1. Conceito de Diagnósticos Locais de Segurança e sua importância

Os Diagnósticos Locais de Segurança (DLS) são sem dúvida uma das melhores e importantes ferramentas para a avaliação de uma comunidade. O fenómeno do crime só pode ser reduzido e compreendido dando vozes àqueles que vivem problemas, ou seja, às vítimas. Percebendo qual o medo e o porquê são etapas importantes que os DLS'S podem responder; para que isso seja possível é necessário o envolvimento de várias organizações com conhecimentos na área e instituições envolvidas na realização de diagnósticos de segurança (Casey, 2008 *cit in* Sani & Nunes, 2013a).

Deste modo, o DLS segundo a Direcção Geral de Administração Interna (2009), pode-se definir como uma análise sistemática e organizada em que o objetivo é compreender o crime e os problemas relacionados com situações de vitimação numa determinada comunidade, identificando assim possíveis recursos que possam promover uma atividade preventiva.

Também as autoras Sani e Nunes (2012) definem o DLS como *“um processo de avaliação de necessidades, problemas, recursos e parceiros existentes numa comunidade caracterizada e contextualizada num determinado meio social, cultural, económico e arquitectónico”*.

Segundo o autor Bayley (2006), é importante envolver a comunidade com os órgãos de polícia criminal na troca de informações para que se consiga atuações eficazes para que o policiamento de proximidade possa funcionar em pleno, uma vez que este tipo de estudo dá-lhes voz, dá-lhes o sentimento de envolvimento e resolução dos problemas na sua área de residência, possibilita a inclusão de possíveis pessoas que se possam sentir excluídas da sua comunidade e assim encoraja os indivíduos e as suas expectativas em relação ao futuro dos seus bairros e ajudam a estabelecerem prioridades no que tem de ser alterado.

Assim, este tipo de investigações traz grandes benefícios para a comunidade em geral, uma vez que disponibilizam às forças de segurança, às autarquias e entidades a informação necessária para que se adote as medidas necessárias relativamente à segurança da população adaptada à realidade de cada comunidade e em cada local específico (Direcção Geral de Administração Interna, 2009).

A acrescentar ao que já foi dito anteriormente, os DLS podem ser utilizados para identificar e avaliar bairros que possuem elevadas taxas de criminalidade, tendo em atenção a comunidade que se está a estudar, bem como as suas características a todos os

níveis, uma vez que cada comunidade é constituída por diferentes grupos sociais com diferentes interesses e problemas (Bayley, 2006).

2.2. Caracterização da comunidade/área urbana em análise

A região em estudo faz parte integrante da área Metropolitana do Porto que é, usualmente, bastante procurada em termos turísticos, dadas as suas características arquitetónicas e pela sua história.

Nos últimos anos, aquela região refletiu um envelhecimento populacional drástico (Santos, Teixeira & Pinto, 2012), muito embora com um índice de envelhecimento inferior à média do Grande Porto.

Como noutras regiões, houve também um aumento populacional que terá conduzido a problemas graves, registando-se fenómenos de segregação social que potenciam situações difíceis e pouco desejáveis, como o desemprego, a toxicodependência, a violência doméstica, a ocorrência de comportamentos desviantes, a precaridade de habitação e outros aspetos que terão afetado as questões ligadas à segurança e à qualidade de vida da população (Santos et al, 2012).

Note-se que, de acordo com os registos e entre os anos de 2010 e 2011, constatou-se nesta cidade um ligeiro aumento da criminalidade. Embora devemos ter cuidado em generalizar os crimes, uma vez que houve crimes que tiveram um ligeiro decréscimo nesta cidade, como por exemplo, o crime contra o património, foi um dos crimes mais praticados na área geográfica e sofreu um ligeiro decréscimo do ano de 2010 para 2011 (Ministério da Administração Interna, 2011).

2.3. O papel da PSP na segurança/insegurança das populações nas cidades

Tendo em conta que a presente dissertação assenta nas melhores estratégias para a diminuição da criminalidade (furtos, roubos, incivilidades, entre outros) nas áreas urbanas, a investigadora considera pertinente apenas destacar o órgão de polícia criminal Polícia de Segurança Pública e o modelo de policiamento de proximidade.

O autor Caetano (2003) define a polícia como sendo o modo de atuação da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais susceptíveis de fazer segurar interesses gerais, tendo por objetivo evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que a lei procura prevenir.

A especificidade da atividade policial, definida constitucionalmente, os interesses coletivos visados são a defesa da legalidade democrática e, por outro lado, a garantia da segurança interna e dos direitos dos cidadãos sendo este um comportamento de carácter positivo devendo respeitar os direitos e liberdades dos cidadãos (Alves, 2011).

A PSP depende, atualmente, do Ministério da Administração Interna (MAI) e a sua organização é única para todo o território nacional e compreende: a Direcção Nacional, a Unidade Especial de Polícia, Comandos Territoriais de Polícia (Comandos Regionais de Polícia, Comandos Metropolitanos de Lisboa e do Porto e Comandos Distritais de Polícia) e por último Estabelecimentos de Ensino (Instituto Superior de Ciências Policiais, Segurança Interna e Escola Prática de Polícia) (Alves, 2011).

A PSP está sujeita à tutela de legalidade e de mérito no exercício das suas funções dispondo de uma estrutura vertical e centralizada, bem como de um conjunto de órgãos e serviços espalhados pelo território nacional, através da figura da desconcentração. Deste modo, no âmbito da estrutura da Administração Pública Portuguesa, a PSP enquadra-se na administração estadual direta central (órgãos e serviços centrais) e periférica (comandos, divisões, secções e esquadras) (Alves, 2011).

A PSP tem como principais funções: garantir o funcionamento das instituições democráticas, assegurar o exercício dos direitos liberdades e garantias, a manutenção da ordem, segurança e tranquilidade pública; prevenir a criminalidade organizada e o terrorismo; garantir a segurança de pessoas e bens; prosseguir com as atribuições que lhe foram cometidas por lei em matéria de processo penal; garantir a segurança rodoviária, das áreas ferroviárias, dos espetáculos desportivos e equiparados (Alves, 2011).

No entanto, atualmente o desenvolvimento provoca desigualdades sociais acabando por levar as pessoas ao desespero, gerando conflitos e guerras sangrentas o que envolvem diretamente o polícia num nível conflitual, susceptível de gerar situações de risco (Alves, 2011).

O policiamento de proximidade é segundo Sani e Nunes (2013a), uma prática de policiamento que se caracteriza por uma aproximação aos cidadãos e às comunidades locais, através de ações de prevenção e em que os agentes procuram conhecer as áreas geográficas pelas quais são responsáveis.

Este modelo é um modelo bastante utilizado em vários países da Europa como a França, Holanda, Inglaterra e ainda os Estados Unidos da América e, apesar de ser impreciso a data da sua implementação, é possível analisar os conhecidos países que

iniciaram com este modelo, como é o caso da Inglaterra no séc. XIX (Batitucci, 2010). O modelo de proximidade soma prós em relação ao modelo tradicional, pois em relação a respostas conflituosas, a reatividade deixa de satisfazer as necessidades da comunidade (Batitucci, 2010).

Um policiamento mais visível e eficaz de integração e proximidade é essencial e decisivo para inverter a curva ascendente da criminalidade reforçando, ao mesmo tempo, o sentimento de segurança, orientado, em geral para a proteção dos cidadãos e, em particular, para as pessoas especialmente vulneráveis – crianças, jovens, idosos e as vítimas de maus-tratos –, bem como para o controlo de outras fontes de perigo (Oliveira, 2006).

De facto, a implementação do policiamento de proximidade, com a celebração de Contratos Locais de Segurança por parte da PSP, a tentativa de cooperação entre os polícias e os cidadãos são deveras importantes onde o discurso é centrado no cidadão, pretendendo-se combater o crime e o sentimento de insegurança que se sente (Oliveira, 2006).

No entanto, em Portugal, os cidadãos têm demonstrando uma desconfiança na eficácia dos polícias e isso reflete-se na não denúncia de um número elevado de crimes refletindo-se nas estatísticas, pois muitas vezes a realidade não corresponde às estatísticas apresentadas. Para além disto, a polícia muitas vezes quando chamada a atuar fazem-no de forma reativa e não tanto preventiva daí ser necessário haver um registo mais ambicioso e efetivo, para que o policiamento de proximidade seja mais seriamente percebido pelas populações (Oliveira, 2006).

2.4. A criminalidade participada em Portugal e países da União Europeia

Os Relatórios de Segurança Interna (RASI), publicados pelo Ministério de Administração Interna (MAI), reportam a criminalidade registada deixando de fora as cifras negras. Estes relatórios que são considerados importantes têm o objetivo de “fixar” imagens do que está a ser a violência, o crime e a insegurança em Portugal (Fernandes & Rêgo, 2011).

No entanto os recursos a estas estatísticas oficiais da criminalidade como estratégias únicas para definir políticas de segurança ou conduzir estudos científicos, sem a utilização de outros instrumentos complementares de medição, apresentam-se sempre

muito polémicos uma vez que não dão o número exato de crimes realmente praticados (Tavares & Geoffrey, 2007).

Como podemos verificar nos discursos públicos e na comunicação social acerca da (in)segurança, o nosso país apresenta uma criminalidade baixa mas com um crescente sentimento de insegurança por parte da população. Houve mesmo notícias que reportavam que o nosso país era o 9º país mais seguro do mundo e o 3º da União Europeia com a criminalidade mais baixa. Apesar destas estatísticas segundo Fernandes e Rêgo (2011) verifica-se no nosso quotidiano que a criminalidade violenta não para de crescer no nosso país sobretudo nas grandes cidades.

De acordo com a análise dos vários Relatórios de Segurança Interna (RASI) pode-se depreender, que o volume da criminalidade participada é diferente entre países, uma vez que existem fenómenos que são alheios à adoção de políticas públicas de segurança de cada Estado, que provocam variações não controladas dos diversos tipos de crime (Ministério da Administração Interna, 2011).

De seguida apenas vão ser apresentados dados sobre os crimes mais frequentes, com recurso aos relatórios de segurança interna relativamente aos anos de 2012 e 2013 bem como as estatísticas criminais em alguns países da União Europeia.

Segundo o RASI 2012, relativamente a Portugal, a criminalidade violenta e grave desceu face a 2011 em 7,8%, menos 1.884 casos registados, com maior incidência nos distritos de Lisboa e Porto com um total de 395.287 participações de natureza criminal pelos Órgãos de Polícia Criminal, menos 9.461 participações do que o ano anterior correspondendo a um decréscimo de 2.3%.

De entre as categorias criminais, o maior destaque vai para os crimes contra o património com 55,1%, seguindo-se o crime contra as pessoas com 21,9%, em terceiro lugar surge os crimes contra a vida em sociedade com 13,4% e por último os crimes previstos em legislação penal avulsa, contra o estado e integridade pessoal com o total de 9,7% (Ministério da Administração Interna, 2011).

Relativamente às descidas na criminalidade, em relação ao ano passado, verifica-se que houve um decréscimo no roubo a farmácias menos 23,4%, os roubos a viaturas, na via pública e por esticção houve também um decréscimo de 10,7% e os 13%.

Por outro lado, em relação aos acréscimos, os crimes de roubos a bancos 38,2%, os roubos a residências 35,7% aumentaram tendo tido mais 262 casos do que o ano anterior, nos estabelecimentos de ensino foram registados 5724 casos dos quais 4191

foram de natureza criminal (como os crimes de furto e ofensa à integridade física) (Ministério da Administração Interna, 2011).

No que concerne à delinquência juvenil, o RASI 2012 dá conta de um aumento de 2,9% que corresponde a 2035 casos contra os 1978 de 2011, bem como as drogas ilegais as quantidades apreendidas aumentaram em 2012 sendo apreendidas 4591 pessoas (com o aumento nas quantidades de cocaína, haxixe e ecstasy) (Ministério da Administração Interna, 2011).

O crime de homicídio voluntário também aumentou em 2012, sendo de destacar o crime de violência doméstica que apesar de ter descido em relação a 2011 com menos 2896 casos, ainda foram registados no ano de 2012, 26084 casos deste tipo de crime sendo um dos crimes nos dias de hoje mais cometidos pela nossa sociedade.

Não obstante, é também importante então realçar a criminalidade registada no ano de 2013 para verificar se houve ou não variações significativas nas várias categorias criminais.

Assim, analisando o RASI 2013, a criminalidade registada pelos Órgãos de Polícia Criminal foi de 368 452 participações, com maior incidência nos distritos de Lisboa e Porto, representando uma diminuição da criminalidade global de 6,9% relativamente a 2012, ou seja, menos 27 375 casos. Constata-se neste mesmo relatório que o ano de 2013 foi o ano que se registou o valor mais baixo e significativo.

De entre as categorias criminais o maior destaque continua a ser os crimes contra o património com o maior número de casos 54,6%, o crime contra as pessoas registou 22,8% seguindo-se do crime contra a vida em sociedade.

Relativamente às descidas na criminalidade, em relação a 2012, verifica-se que houve um decréscimo nos crimes como furto em edifícios comerciais, o furto em veículos motorizados e a condução sem habilitação legal, representaram menos 11 302 casos quando comparados com o ano de 2012, a delinquência juvenil deu conta de um decréscimo havendo no ano de 2013 um registo de 1940 casos, ou seja, menos 4,67%. A criminalidade violenta e grave, como violação, roubos na via pública e roubos a residências sofreram diminuições, o que nos indica uma inversão em relação a 2012 em que estes crimes tinham tido um aumento significativo (Ministério da Administração Interna, 2012).

Por outro lado, aumentaram os crimes de roubos a estações de correios (+ 41,7%), roubos em transportes públicos (+ 14,9%), e roubos a farmácias e abastecimentos de combustível aumentaram cerca de 9,5%.

O crime contra a integridade física, como a violência doméstica teve um registo de 27318 participações que revela-nos que para além da criminalidade global ter reduzido 6,9% no nosso país, este crime continua a aumentar havendo mais 640 participações (+2,4%) das quais 40 vítimas mortais, ou seja, mais três em relação ao ano anterior (Ministério da Administração Interna, 2012).

Em relação às estatísticas criminais registadas dos países da União Europeia houve mais uma vez a dificuldade este ano de obter dados recentes. No entanto, pelo que se verifica segundo o gabinete de estatística da União Europeia (*Eurostat*), o nosso país no que respeita à criminalidade e segurança é um país que se encontra ao nível médio da União Europeia. No ano de 2009 Portugal apresentava a segunda menor taxa de criminalidade por 1000 habitantes, com a contagem de 39 crimes, registando-se no total de 416.058 crimes, sendo superado apenas pela Grécia. Os países com mais crimes cometidos são a Alemanha (6.054.330) seguindo-se do Reino Unido (4.785.771) e a França (3.521.256) (Ministério da Administração Interna, 2012).

Em relação a um questionário “*Public Opinion in the European Union*” intitulado “Relatório de Barómetro”, feito na União Europeia sobre o crime/insegurança verificou-se que o nosso país no ano de 2013 se encontra em quinto lugar na média das principais preocupações dos cidadãos europeus representando 8% das respostas. A maior preocupação dos nossos cidadãos é em relação ao desemprego com 72% o que se denota uma sensação de segurança e sentimento de confiança em relação às autoridades policiais (Ministério da Administração Interna, 2012).

2.5. Estudos realizados sobre a perceção de segurança/insegurança, da vitimação e da criminalidade em Portugal e países da União Europeia

As inúmeras e conhecidas contingências das estatísticas oficiais da criminalidade, como foram descritas anteriormente, não são suficientes para obter valores ditos “reais” da criminalidade. Foram-se desenvolvendo outros métodos de avaliação, dentro dos quais é importante destacar na presente investigação, os inquéritos de vitimação e os diagnósticos locais de segurança realizados por vários autores nas grandes cidades a nível nacional e internacional.

Pretende-se assim referir alguns estudos sobre a perceção de segurança/insegurança, as situações de vitimação e também estudos sobre a criminalidade nas grandes cidades.

Efetivamente, os inquéritos de vitimação medem a criminalidade através da percepção que as vítimas têm acerca das experiências de vitimação criminal, sejam elas sofridas ou observadas, num determinado período de tempo e apresentam-se como uma resposta complementar às estatísticas criminais oficiais, uma vez que permitem desvendar muitos dos atos ilícitos ocultos, as chamadas “cifras negras” (Neves & Fávero, 2010) e daí extrair padrões genéricos dos seus intervenientes e as características dos eventos criminais. Para além disso, esta metodologia permite captar a opinião dos indivíduos acerca da evolução da criminalidade, percepções de insegurança/segurança e confiança/satisfação face aos órgãos de polícia criminal (Ferreira, 1997).

Apesar das vantagens citadas, há que ter em conta também as desvantagens que têm vindo a ser adotadas a este tipo de instrumentos como a não capacidade de analisar o total de crimes ocorridos numa determinada área em um determinado período de tempo (Ferreira, 1998).

Para além disso, a informação dita nos inquéritos está dependente dos processos cognitivos de memória, ou seja, da capacidade de evocação de uma experiência de vitimação que poder-se-á refletir nos relatos narrativos das vítimas (Neves & Fávero, 2010).

Estes inquéritos realizados a nível internacional denominados de *International Criminal Victimization Survey* (ICVC) são conduzidos sob o intuito de investigação inter-regional do crime e da justiça das Nações Unidas (UNICJRI) e foram elaborados no ano de 1989, tendo sido o último estudo realizado no ano de 2009 com a participação de 42 países. Num dos estudos realizados com este inquérito com a participação de 17 países verificou-se a diferença entre crime registado pela polícia e o crime relatado no inquérito que variava muito consoante o crime. Deste estudo verificou-se a resposta dos inquiridos vítimas de furtos de automóveis (91%), furtos (78%) e o crime de roubos (55%) (Neves & Fávero, 2010).

Em 2003, o *Home Office* fez um estudo com o inquérito de vitimação, na Inglaterra e País de Gales onde recolheu informação sobre a delinquência e experiências de vitimação que envolveu 10. 079 Pessoas da população em geral com idades entre os 10 e os 65 anos. As conclusões retiradas foram que 1 em cada 10 inquiridos tinham cometido um crime grave (roubo, assalto, tráfico de droga) e estes admitiram fazê-los quando estavam sob o efeito de álcool ou tomadas drogas ilegais. As vítimas de crime sofreram crimes como roubos, furtos, roubos por esticção entre outros (Budd et al, 2005).

Na Europa, em 2004, o *Transatlantic Trends* realizou um estudo com 10 países europeus incluindo Portugal sobre os problemas que mais afetam a segurança dos cidadãos. Das conclusões retiradas do estudo pode-se constatar que dos inquiridos portugueses a principal preocupação é a doença SIDA 94%, seguindo-se a preocupação com o terrorismo internacional 86% e um ataque terrorista ao nosso país com 82% das respostas. Sendo assim o nosso país quando comparado com os outros países da União Europeia denota-se uma taxa de 65% de sentimento de insegurança em relação à média europeia. Outra das preocupações dos portugueses neste estudo foi a luta contra o crime organizado e o tráfico de droga com 94% das respostas a par com a luta contra o desemprego com 95% das respostas dos inquiridos (Cabral, 2003).

No mesmo ano, a organização *Gallup International* para o *World Economic Forum* indicou que a segurança é uma grande preocupação dos portugueses, mais do que os restantes cidadãos da Europa, em que a taxa de resposta foi de 77% quando foi perguntado a sua perceção sobre a segurança do seu país. Apenas os holandeses ultrapassaram este pessimismo com 85% das respostas. Dados mais recentes, indicam também que os europeus destacam como principais problemas o desemprego (44%) e o crime (26%), colocando os problemas económicos acima das questões de segurança (Cabral, 2003).

A nível nacional, existe também vários estudos realizados sobre estas temáticas. No ano de 1989, foi realizado um inquérito na área metropolitana de Lisboa, levada a cabo pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (Esteves, 1998). O resultado deste estudo diz-nos que dos 37% dos inquiridos revelaram sentimento de insegurança no seu bairro de residência, em 1992 sob o efeito de outros estudos essa taxa sobe para 46%. Também na cidade do Porto o sentimento de insegurança atinge um número considerável de sujeitos 36% em 1992, 42% em 1994 e sobe para 50% em 1997 (Machado, 2004).

Com estes estudos foi então criado entre os anos de 1996 e 2001, o Observatório Permanente de Segurança que efetuou desde então uma série de estudos, com o objetivo de medir a criminalidade através de inquéritos de vitimização e do tratamento estatístico da criminalidade registado pela PSP, que têm como objetivo compreender o modo como o sentimento de insegurança é construído e se exprime na população (Ferreira, 1997).

A partir daí surge estudos importantes como o de Alina Esteves (1995) intitulado “*A criminalidade na cidade de Lisboa: uma geografia da insegurança*”, na cidade de Lisboa com uma amostra de 420 sujeitos, com idades compreendidas entre os 18 anos e

os 65 anos ou mais. O objetivo era obter dados sobre as experiências de vitimação, os lugares mais seguros/inseguros da sua zona de residência, a perceção dos inquiridos sobre a PSP bem como as medidas que deveriam ser tomadas para combater o crime nesta cidade. A autora concluiu com o seu estudo que os indivíduos sentem receio a circular em algumas áreas da cidade, os crimes mais temidos são o tráfico de droga, o assalto a pessoas, a casas e os atos de vandalismo. Também se verificou neste estudo um sentimento de insatisfação com as ações da polícia na prevenção dos crimes, e como soluções para o combate ao crime os inquiridos desta cidade pediram mais policiamento nas ruas, mais emprego para os jovens para combater os crimes de furto e roubo, maior iluminação de ruas, entre outros (Esteves, 1998).

O estudo de Celina Manita e Carla Machado (1999) intitulado “*Perceções e figuras do medo na cidade do Porto*” foi realizado na cidade do Porto com uma amostra de 500 sujeitos em que o objetivo era entender o sentimento de insegurança da população portuense em que as autoras concluíram que 60% dos entrevistados, referiram não se sentirem seguros na zona onde vivem. Outro resultado interessante deste estudo é que é a população mais idosa com maior sentimento de insegurança e os entrevistados preocupam-se mais com crimes violentos como o homicídio e a violação, a toxicoddependência, os furtos e roubos concluindo as autoras que havia a existência de diferentes grupos sociodemográficos com atitudes diferentes face ao fenómeno criminal e à insegurança (Machado, 2004).

Um dos estudos importantes e realizados recentemente foi o diagnóstico local de segurança da freguesia da Sé, pelas autoras Ana Sani e Laura Nunes (2012) em parceria com a PSP. Este estudo teve como objetivo caracterizar o fenómeno de sentimento de insegurança dos residentes da freguesia, captando a perceção da insegurança/segurança, a vitimação, violência, desordens urbanas, incivildades, vandalismo, a preocupação dos moradores com o crime e ainda, de ser vítima de crime.

O estudo em causa envolveu 244 sujeitos de ambos os sexos, com idades entre os 16 e os 82 anos. Neste estudo concluiu-se, através da análise das respostas dos inquiridos, o predomínio de uma perceção de segurança, no entanto, um aumento da criminalidade.

Os crimes mais frequentes na área urbana em estudo são o tráfico de drogas e o assalto na via pública, durante o dia, e os crimes mais temidos são os crimes de furto/roubo, assalto a residência e tráfico de drogas. Para além disto, este estudo também revelou que 17% dos inquiridos nos últimos cinco anos já foram vítimas de

crime naquela zona e, destes que foram vítimas apenas 10% da amostra formalizou queixa à PSP.

Em relação às situações favorecedoras de crime os inquiridos apontaram os problemas económicos, o desemprego, o consumo de drogas/álcool e o policiamento deficitário como sendo os principais fatores que levam a estes problemas na sua zona de residência. Há ainda a salientar dos resultados deste estudo, que os moradores pedem mais policiamento, medidas de prevenção do crime para o tráfico de drogas e também a reabilitação urbana daquela freguesia (Sani & Nunes, 2012).

É também importante referir que este estudo revelou a importância que este género de investigações tem, por forma a entender em termos objetivos e subjetivos a percepção dos indivíduos sobre a sua área de residência. Assim torna-se pertinente desenvolver mais estudos deste carácter, o que já está em curso no Observatório Permanente Violência e Crime situado na Universidade Fernando Pessoa.

Através de todos estes estudos referidos tanto a nível nacional como internacional, pode-se concluir que, a segurança constitui um elemento central nas preocupações das sociedades, revelando a criminalidade, o desemprego, as degradações das cidades, entre outras fontes, as principais causas geradoras de insegurança de todo o mundo.

Parte B. Contribuição Empírica

CAPÍTULO III. Apresentação do Estudo Empírico

3.1. Nota introdutória

Em Portugal, o número de estudos realizados sobre Diagnósticos Locais de Segurança é ainda reduzido, pelo que se considerou importante dar um contributo para a compreensão do fenómeno da criminalidade, tendo por base algumas pesquisas e trabalhos académicos publicados.

Com a apresentação do enquadramento conceptual considerado o mais adequado para a compreensão da temática em estudo passaremos à explicação do estudo empírico, descrevendo e apresentando a metodologia utilizada. Neste sentido, serão descritos detalhadamente os objetivos gerais e específicos do estudo, bem como algumas das opções metodológicas feitas ao longo do processo de investigação.

3.1.1. Método

O estudo segue um desenho exploratório, descritivo, transversal, de carácter observacional e baseado no autorrelato. O método escolhido para este estudo foi o inquérito suportado pela técnica do questionário (Sani & Nunes, 2013b), constituído por questões fechadas e abertas, para recolher de forma objetiva os dados sem se perder os dados de natureza qualitativa.

A utilização desta técnica de recolha de informação permite, junto de um conjunto de indivíduos, extrair a informação e opinião de um conjunto alargado de pessoas (Hill & Hill, 2009) através de questões fechadas em que os sujeitos são submetidos a escolhas de respostas passíveis mas também a questões abertas que pedem respostas escritas da parte do sujeito que nos dá informação mais subjetiva relativamente à pergunta (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Assim, como todos os instrumentos de recolha de dados, também estes têm as suas vantagens e desvantagens. Por um lado, podem ser utilizados junto de um grande número de sujeitos repartidos por uma vasta região, o que permite obter mais informações de um conjunto populacional (Hill & Hill, 2009). Como desvantagens, a informação pode ser superficial e as perguntas com respostas fechadas que podem originar a possibilidade de repetição nas respostas por parte dos inquiridos (Hill & Hill, 2009).

Esta análise, como foi já referido, persegue os objetivos gerais de capturar a perceção da população nesta área de residência específica, a respeito da

segurança/insegurança, assim como o de identificar a existência e caracterizar as situações de vitimação vividas por esta população.

De forma mais específica, o que se pretende com esta investigação é identificar as atitudes, crenças e percepções da comunidade quanto à criminalidade e a eventual presença de incivildades mais temidas e/ou ocorridas na área. Outro objetivo específico é conhecermos os fatores apontados pela população como provocadoras do crime; as suas experiências de vitimação nos últimos 5 anos, bem como a dos seus familiares e/ou conhecidos (vitimação indireta) e quais os tipos de crimes sofridos. Por último, captar a percepção das vítimas a respeito da atuação policial e a sua satisfação para com os mesmos.

3.1.2. Material e procedimento

Atendendo aos objetivos do estudo, foi selecionado, para a recolha de dados, o Questionário de Diagnóstico Local de Segurança (Sani & Nunes, 2013b). Para tal foi necessário pedir autorização às autoras para a utilização do instrumento para a investigação (cf. Anexo A).

A construção deste questionário implicou um processo de pré-teste antes da versão final, para que se verificasse a sua boa funcionalidade.

O Questionário de Diagnóstico Local de Segurança é constituído por questões fechadas, com respostas dicotómicas ou com várias opções de resposta, e por questões abertas, para que se possa obter a informação mais subjetiva em relação aos sentimentos de insegurança/segurança, de vitimação, entre outros por parte dos inquiridos, a par de dados mais objetivos. O instrumento é constituído por cinco partes, a primeira das quais remete para os dados sociodemográficos, que permitem a identificação das características dos inquiridos.

A segunda parte do questionário, procura estudar a forma como a população percebe a segurança na área urbana onde reside, sendo uma das partes do questionário cujos dados contribuíram para este estudo.

Relativamente à terceira parte do questionário, é centrada nas vivências de vitimação a que já foram sujeitos os inquiridos e, eventualmente, conhecidos seus. Ainda nesta parte do instrumento surgem questões relativamente ao local, momento da ocorrência, a relação com o ofensor bem como as circunstâncias em que o crime ocorreu e a

formalização, ou não, da queixa (Sani & Nunes, 2013a). Desta parte foram também extraídos dados que terão contribuído para o desenvolvimento deste estudo.

A quarta e quintas partes remetem para a recolha de dados referentes a questões sobre o controlo social e o envolvimento comunitários, não sendo aqui explorados tais aspetos.

Este estudo baseou-se numa análise feita ao abrigo do protocolo entre a Universidade Fernando Pessoa e o Comando Metropolitano de Polícia de Segurança Pública do Porto, que a solicitou.

Cada participante foi inicialmente abordado, tendo-lhe sido dadas todas as informações referentes ao estudo de DLS, e tendo sido esclarecidas todas as dúvidas a respeito da investigação, sendo assegurada a garantia de anonimato e confidencialidade dos dados que apenas seriam utilizados para fins de investigação científica.

Seguidamente, a informação foi inserida numa base de dados construída sobre o *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 21.

Finda esta breve apresentação, quer do instrumento, quer do procedimento, é o momento de passar à caracterização dos participantes no estudo.

3.1.3. Participantes

Assim sendo, e após ter já definidos os termos gerais do método, com apresentação do instrumento, passa a apresentar-se o conjunto de características que permitirá conhecer a amostra.

Quadro 1.

Medidas descritivas do sexo dos participantes do estudo.

Sexo	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Feminino	115	57.5
Masculino	85	42.5
Total	200	100.0

Como se pode verificar, a amostra é constituída por 200 indivíduos de ambos os sexos (cf. Quadro1), sendo a maioria do sexo feminino (115 dos inquiridos 57,5%) e 85 indivíduos do sexo masculino 42,5%.

Quadro 2.

Medidas descritivas da idade dos participantes do estudo.

Idade (anos)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Dos 15 aos 24	18	9.0
Dos 25 aos 34	18	9.0
Dos 35 aos 44	22	11.0
Dos 45 aos 54	32	16.0
Dos 55 aos 64	41	20.5
Mais de 65 anos	69	34.5
Total	200	100.0

Os valores (cf. Quadro 2) referem-se à idade dos inquiridos, onde podemos verificar que as idades são compreendidas entre os 15 e os 97 anos, sendo a média etária de 56.2 anos, com um desvio padrão de 18.1, o que se denota uma grande diferença relativamente à média. Podemos verificar já através dos resultados que a maioria dos inquiridos com 34,5% da amostra são população adulta e idosa que vai em conta com as características demográficas da própria região.

Quadro 3.

Medidas descritivas da nacionalidade dos participantes do estudo.

Nacionalidade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Portuguesa	198	99.0
Estrangeira	2	1.0
Total	200	100.0

Quanto à nacionalidade dos inquiridos a maioria da amostra do estudo é de nacionalidade portuguesa 99%, havendo também uma percentagem muito reduzida 1% de indivíduos de outras nacionalidades, como francesa e brasileira (cf. Quadro 3).

Quadro 4.

Medidas descritivas do estado civil dos participantes do estudo.

Estado Civil	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Casado(a)/ União de facto	88	44.0
Solteiro(a)	54	27.0
Viúvo(a)	36	18.0
Divorciado(a) / Separado(a)	22	11.0
Total	200	100.0

Relativamente ao estado civil da amostra a maioria dos sujeitos são casados(as) ou encontram-se a viver em união de facto 44% da amostra, seguindo-se o grupo das pessoas solteiros(as) 27% e outros em situação de divórcio e viuvez 58 indivíduos (cf. Quadro 4).

Quadro 5.

Medidas descritivas da escolaridade dos participantes do estudo.

Escolaridade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Do 1º ao 4º Anos	99	49.5
Do 5º ao 6º Anos	31	15.5
Do 7º ao 9º Anos	33	16.5
Do 10º ao 12º Anos	16	8.0
Superior	13	6.5
Outra: Analfabeto	8	4.0
Total	200	100.0

Em relação à escolaridade dos participantes, constatamos que (cf. Quadro 5) o grau de habilitações da amostra é em grande maioria pertencente ao ensino primário, do 1º ao 4º ano, com 49,5%, seguindo-se do ensino unificado e ensino secundário com 40% dos sujeitos. Da amostra 6.5% têm formação superior e 4% não tem qualquer tipo de habilitação.

Quadro 6.

Medidas descritivas do tipo de habitação dos participantes do estudo.

Tipo de Habitação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Casa	111	55.5
Apartamento	89	44.5
Total	200	100.0

Face ao tipo de habitação dos inquiridos, podemos verificar que 55.5% dos participantes vivem em casas, seguindo-se de 44,5% da população que vive em apartamentos (cf. Quadro 6).

Quadro 7.

Medidas descritivas da situação ocupacional dos participantes do estudo.

Situação Ocupacional	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Reformado	98	49.0
Trabalhador	54	27.0
Desempregado	43	21.5
Estudante	5	2.5
Total	200	100.0

No que concerne à situação ocupacional dos participantes a maioria dos indivíduos são reformados 49%, seguindo-se a população ativa, com 27%. Verifica-se também uma grande percentagem de população em situação de desemprego, 21,5% do total da amostra o que se conclui que existe uma grande percentagem na cidade de pessoas inativas e por último 2,5% dos inquiridos são estudantes (cf. Quadro 7).

Quadro 8.

Medidas descritivas que identificam se os participantes do estudo vivem sós ou acompanhados.

Se vive só	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Acompanhado	152	76.0
Só	48	24.0
Total	200	100.0

O quadro 8 demonstra que 76% dos indivíduos vivem acompanhados, constituído normalmente, uma família de origem e/ou com familiares diretos ou amigos, ao contrário dos restantes sujeitos que vivem sozinhos 24.0%.

Quadro 8.1.

Medidas descritivas que identificam com quem vivem os participantes do estudo.

Com quem vive:	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Família Nuclear	142	71.0
Família Nuclear alargada	10	5.0
Total parcial	152	76.0
Não aplicável	48	24.0
Total	200	100.0

Referente ao último quadro em análise (cf. Quadro 8.1) da caracterização sociodemográfica a maioria dos inquiridos que vivem acompanhados, 71% referiu coabitar em família nuclear, ou seja, a sua família de origem.

3.2. Apresentação dos resultados

Após a apresentação da amostra, seguem-se os resultados obtidos nesta análise. Assim, passamos à apresentação dos resultados obtidos nas questões relativas à percepção da segurança/insegurança. Neste caso, optou-se por apresentar os resultados divididos em diferentes partes.

Assim sendo, seguem-se as partes referentes à percepção de segurança/insegurança para, posteriormente se apresentarem os resultados relativos à vitimação.

3.2.1. Resultados relativos às percepções de segurança

Entre os resultados que se referem às percepções de segurança/insegurança, destacam-se os relativos à percepção dos participantes quanto a viverem numa área mais ou menos segura.

Quadro 9.

Medidas descritivas da percepção de (in)segurança.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	120	60.0
Não	76	38.0
Não sabe/Não responde	4	2.0
Total	200	100.0

Conforme se pode verificar (cf. Quadro 9) os participantes do estudo revelaram um elevado grau de segurança relativamente à sua comunidade 60%, em contraste com 38% dos indivíduos que se sentem inseguros nesta área. Dos 200 sujeitos apenas 4 responderam não saber se esta área é segura ou não.

Quadro 10.

Medidas descritivas das justificações da percepção de segurança/insegurança.

Justificações para a percepção de área segura		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Experiência/Observação	99	49.5
Por comparação com outras áreas	12	6.0
Controlo social formal	5	2.5
Limitada a moradores/conhecidos	4	2.0
Total parcial	120	60.0
Justificações para a percepção de área insegura		
Presença de perigo/crime	48	24.0
Tráfico/Consumo de drogas	10	5.0
Experiência/Observação	6	3.0
Escassez/limitação de policiamento	5	2.5
Predominantemente noturna/menor iluminação	3	1.5
Degradação ambiental	1	0.5
Total parcial	73	36.5
Não sabe/Não responde	7	3.5
Total	200	100.0

Ao analisarmos a percepção da população sobre segurança/insegurança deparámo-nos com vários argumentos dos inquiridos. Dos 120 sujeitos que consideravam a sua área segura podemos verificar que a sua sensação de segurança passa pelas experiências e observações vividas referindo por exemplo “não há ocorrências”; “nunca se meteram comigo” o que é afirmado por 49.5% da amostra. Ainda, 6 % dos indivíduos referem sentirem-se seguros nesta área quando comparada com outras.

Relativamente aos 73 indivíduos que responderam a esta questão, como se sentem inseguros, podemos constatar que 24% da amostra justificou a sua insegurança pela “presença de perigo/crime”, seguindo-se 5% dos inquiridos com a justificação da insegurança devido à presença do tráfico/ consumo de drogas. Verificou-se na análise

que os indivíduos sustentavam as suas respostas com argumentos como “ Há tráfico de drogas...”; “ Existe muita confusão”, revelando assim sentimentos de insegurança a viverem nesta cidade. Da amostra representada verifica-se que 15 indivíduos referem esta área insegura devido a motivos como pouco policiamento, pouca iluminação e degradação do ambiente (cf. Quadro 10).

Quadro 11.

Medidas descritivas da evolução da criminalidade.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	167	83.5
Não	26	13.0
Não sabe/Não responde	7	3.5
Total	200	100.0

Termos a noção da evolução ou não do crime é também para nós importante para entender o sentimento de segurança/insegurança. Assim relativamente à questão se o crime aumentou ou não na cidade, podemos constatar que a maioria da amostra, 83.5% dos inquiridos, revelou que o crime tinha aumentado ao contrário dos 13% dos sujeitos que consideraram que o crime nesta cidade não teria aumentado. Apenas sete indivíduos não souberam responder a esta questão ou não respondeu (cf. Quadro 11).

Quadro 12.

Medidas descritivas das justificações para a percepção da evolução da criminalidade.

Justificações para o aumento da criminalidade		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Problemas económicos/desemprego	109	54.5
Ocorrência de crimes	19	9.5
Presença de problemas/conflitos	17	8.5
Mediatização	10	5.0
Ineficácia da polícia/legislação	5	2.5
Tráfico/consumo de drogas	4	2.0
Total parcial	164	82.0
Justificações para o não aumento da criminalidade		
Experiência/Observação	14	7.0
Crime limitado a tráfico/consumo de drogas	1	0.5
Total parcial	15	36.5
Não sabe/Não responde	14	3.5
Não aplicável	7	3.5
Total	200	100.0

Como se pode constatar, a maior parte da amostra 82% respondeu que houve um aumento do fenómeno da criminalidade daí haver várias razões para tal motivo. Como se pode confirmar (cf. Quadro 12) a principal razão para o aumento do crime deve-se sobretudo a “problemas económicos/desemprego” com 54.5% dos inquiridos a apontarem esta razão. Esta justificação vai de encontro aos vários estudos realizados e sustentados por vários autores com investigações nesta área que referem este mesmo argumento como uma das principais razões para a delinquência. Outro dos motivos referidos com 9.5% das respostas é “a ocorrência de crimes”, seguindo-se a “presença de problemas/conflitos” nesta área geográfica com 8.5% das respostas. Embora com uma reduzida percentagem 2,5% e 2% referem a ineficácia das instâncias formais e o tráfico de drogas razões para o aumento da criminalidade.

Em contrapartida, na amostra 15 indivíduos têm a percepção que o crime não aumentou e referem esta sensação através da sua experiência/observação 7%, e ainda 0.5% refere um tipo específico de crime como o tráfico de drogas. Ao analisar o quadro 12 podemos verificar também que 14 indivíduos não sabem ou não sabem responder ao porquê do crime ter aumentado.

Quadro 13.

Medidas descritivas da percepção dos crimes mais praticados naquela área.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Furto	84	42.0	200
Tráfico de drogas	83	41.5	
Roubo	77	38.5	
Assalto a residência	55	27.5	
Assalto a estabelecimento comercial	40	20.0	
Agressão Física	27	13.5	
Violência Conjugal	25	12.5	
Danos a espaços/equipamentos públicos	16	8.0	
Burla	15	7.5	
Violência doméstica contra/entre idosos	9	4.5	
Violência doméstica contra/entre menores	8	4.0	
Tráfico de armas	7	3.5	
Ofensas sexuais	4	2.0	
Crimes rodoviários	4	2.0	
Desconhece/Nenhum	21	10.5	
Outros	11	5.5	

Passa-se agora a analisar a tipologia de crimes mais frequentemente identificados nesta área geográfica (cf. Quadro 13). É de salientar que, entre os 200 sujeitos da amostra do estudo, pôde verificar-se a identificação de mais do que um crime por parte

de cada um desses indivíduos. Portanto, e como será facilmente perceptível, haverá mais crimes identificados do que os inquiridos, conforme se percebe pela análise do quadro.

Assim, o crime que os inquiridos sentem que mais frequentemente parecem ocorrer naquela área urbana, é o furto (42%), logo seguido do tráfico de drogas (41.5%). Também o roubo foi apontado como sendo frequente naquela região, sendo mencionado por 38,5% dos sujeitos. Outros crimes foram sendo identificados, conforme se observa no quadro 13.

Para além dos crimes mais frequentes, importa agora apresentar os que, do ponto de vista dos sujeitos, serão os mais temidos.

Quadro 14.

Medidas descritivas da percepção dos crimes mais temidos naquela área.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Assalto a residência	118	59.0	200
Roubo	117	58.5	
Agressão física	75	37.5	
Furto	58	29.0	
Tráfico de drogas	38	19.0	
Assalto no comércio	22	11.0	
Ofensas Sexuais	16	8.0	
Violência conjugal	15	7.5	
Tráfico de armas	11	5.5	
Violência doméstica a menores	7	3.5	
Desconhece/Nenhum	12	6.0	
Outros	2	1.0	

No quadro 14, analisamos a tipologia de crimes mais temidos nesta área geográfica. Assim, o crime mais temido naquela área urbana por parte da população é o assalto a residência (59%), logo seguido do roubo (58.5%). Também a agressão física foi apontada como sendo uma das mais temidas naquela região, sendo mencionada por 37.5% dos sujeitos. Outro crime a destacar nesta tipologia é o furto com 29% das respostas por parte dos inquiridos. Outros crimes foram sendo identificados conforme se observa no quadro 14. Deve-se no entanto salientar que, entre os 200 indivíduos inquiridos da amostra do estudo, pode verificar-se a identificação de mais do que um crime temido por parte de cada um desses indivíduos. Logo, haverá mais crimes identificados do que os inquiridos, conforme se pode verificar pela análise do quadro (cf. Quadro 14).

É de salientar que, através da análise destes dois últimos quadros, os crimes que os participantes identificam mais ocorridos são diferentes dos mais temidos por parte da população.

Quadro 15.

Medidas descritivas das condições apontadas como favorecedoras do crime.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Pobreza/Desemprego	170	85.0	200
Consumo de drogas/álcool	148	74.0	
Policimento deficitário	112	56.0	
Conflitos e delinquência juvenil	54	27.0	
Problemas familiares	46	23.0	
Incapacidade de atuação dos agentes	42	21.0	
Presença de pessoas estranhas	35	17.5	
Reduzido movimento noturno	34	17.0	
Pouca severidade para com os ofensores	28	14.0	
Má iluminação pública	15	7.5	
Maus acessos/arruamentos	11	5.5	
Outros	3	1.5	

Uma das questões principais da presente dissertação é entender também os motivos favorecedores de crime: o que pode levar os indivíduos pelo caminho da delinquência. Ao analisar o quadro 15 verifica-se que “a pobreza/desemprego” 85%, “consumo de drogas/álcool” 74% e “policimento deficitário” 56% são das principais razões para a ocorrência de crimes na cidade. Foram também identificadas outras ocorrências pelos sujeitos como “conflitos familiares”, “presença de pessoas estranhas”; contudo estes crimes já foram apontados por um menor número de sujeitos do estudo.

No entanto, como se verificou nos quadros anteriores também nesta questão os sujeitos do estudo apontaram mais do que uma condição potenciadora do crime, logo o número de respostas não é equivalente ao número de sujeitos.

Quadro 16.

Medidas descritivas das incivildades mais identificadas naquela área.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Dispersar lixo pela rua	87	43.5	200
Estacionar de forma caótica	73	36.5	
Danificar equipamentos públicos	66	33.0	
Urinar na via pública	62	31.0	
Violar regras de trânsito	40	20.0	
Furtar/Danificar sinalização	37	18.5	
Desconhece/Nenhum	37	18.5	
Outros	4	2.0	

A última questão do inquérito refere-se às incivildades observadas pelos participantes do estudo referentes à sua comunidade. A incivilidade mais referida por metade da amostra foi “dispersar lixo pela rua” com 43.5% das respostas dos sujeitos. Com 36.5% os indivíduos do estudo referem o “estacionar de forma caótica”; “danificar equipamentos públicos” 33% e “urinar na via pública” 31%. Outros inquiridos apontam também incivildades como “violiar regras de trânsito” e “furtar/danificar sinalização”.

Como se pode constatar na análise do quadro existiram sujeitos que identificaram mais do que uma incivilidade praticada naquela área.

3.2.2. Resultados relativos à percepção de vitimação

Ao longo desta parte do inquérito tenta-se averiguar junto da população se já foram vítimas de algum tipo de crime nos últimos cinco anos, bem como se têm conhecimento de vítimas indiretas, podendo os inquiridos ter conhecimentos de pessoas próximas que já sofreram qualquer vitimação e de que tipo de crime foram vítimas. Pretende-se, também, nesta parte entender o contacto que as vítimas tiveram com as instâncias de controlo formal e se ao serem vítimas a queixa foi ou não formalizada. Por conseguinte, através da resposta dos inquiridos tenta-se entender as medidas tomadas pelas autoridades e o grau de satisfação da população com essas mesmas medidas.

Quadro 17.

Medidas descritivas das vítimas de crimes nos últimos 5 anos.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não	175	87.5
Sim	25	12.5
Total	200	100.00

Do total da amostra, 87.5% revelou não ter sido vítima de crime nos últimos 5 anos (cf. Quadro 17), opostamente aos 12.5% que foram vítimas de crime nos últimos 5 anos. Pode acrescentar-se ainda que nesta questão não houve qualquer tipo de omissão de resposta por parte dos indivíduos.

Quadro 18.

Medidas descritivas da tipologia de crime para a vitimação.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Furto	6	3.0
Furto a residência	5	2.5
Roubo	5	2.5
Violência doméstica	3	1.5
Furto a estabelecimento comercial	2	1.0
Burla	2	1.0
Roubo por esticção	2	1.0
Total parcial	25	12.5
Não aplicável	175	87.5
Total	200	100.0

Nesta parte que se passa a apresentar, temos de realçar que apenas vai ser analisado os crimes dos 25 sujeitos que foram vítimas de crimes nos últimos 5 anos. Relativamente aos 175 indivíduos que não foram vítimas de qualquer crime aparece nos quadros seguintes como sendo “não aplicável”. No entanto os valores percentuais têm como base o total da amostra.

Importa ainda saber que tipo de crime os indivíduos do estudo tinham sido vítimas, identificando-se que dos 25 sujeitos da amostra (cf. Quadro 18) o crime mais sofrido foi o “furto” identificado por 3.0% dos sujeitos, de seguida o “furto a residência” e “roubo” foram ambos denunciados por 2.5% dos sujeitos respetivamente. Os restantes indivíduos foram vítimas de crimes como “violência doméstica” 1,5%, “furto a estabelecimento comercial” 1%, “burla” 1% e por fim “roubo por esticção” 1%.

Quadro 19.

Medidas descritivas das consequências da vitimação.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Danos materiais	19	9.5	200
Danos físicos	7	3.5	
Danos psicológicos	6	3.0	
Não aplicável	175	87.5	

Como resultado das consequências sofridas pelas vítimas (cf. Quadro 19), após a vivência das situações de vitimação confirmou-se que o dano mais apontado foi os “danos materiais” 9.5%, foram também apontados pelas vítimas “danos físicos” 3.5%, seguindo-se os “danos psicológicos” 3%.

É de salientar neste ponto que uma vez que se trata de situações de vitimação, os danos sofridos pelas vítimas depende essencialmente do crime que foi cometido contra

as mesmas, pois cada crime pode trazer um dano específico, daí as respostas dos inquiridos não coincidirem com o número dos sujeitos do estudo, pois houve indivíduos que sofreram mais do que um dano.

Os quadros seguintes referem-se às várias situações, considerando-se por isso relevante entendermos as circunstâncias que estão associadas ao crime cometido. Isto passa pela análise da altura do crime, o local, o relacionamento do ofensor/vítima e se a vítima se encontrava só ou acompanhada (cf. Quadros 20,21,22,23).

Quadro 20.

Medidas descritivas do período do dia de ocorrência dos crimes.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Dia	13	6.5
Noite	11	5.5
Desconhece	1	0.5
Total parcial	25	12.5
Não aplicável	175	87.5
Total	200	100.0

Dos que haviam sofrido situações de vitimação (cf. Quadro 20), 6.5% dos sujeitos foram alvo de vitimação durante o dia. O período noturno foi identificado por 5.5% dos sujeitos, havendo apenas um indivíduo que não soube identificar o período temporal da ocorrência.

Quadro 21.

Medidas descritivas dos locais da ocorrência dos crimes.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Na rua	10	5.0
Em casa	9	4.5
Outro local: Estabelecimento	4	2.0
Talho	1	0.5
Barco Turístico	1	0.5
Total parcial	25	12.5
Não aplicável	175	87.5
Total	200	100.0

O quadro 21 representa o local onde os indivíduos tiveram a experiência de vitimação. Podemos averiguar a “rua” 5% como sendo o local onde mais ocorre o crime, seguido dos 4.5% de sujeitos que assinalaram a “casa” como sendo outro dos locais de ocorrência do crime. Foram também assinalados por 3% dos participantes outros locais como “estabelecimento”, “o talho” e o “barco turístico” 0,5% respetivamente.

Quadro 22.

Medidas descritivas da situação da vítima quanto a estar só ou acompanhada.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sozinho(a)	16	8.0
Acompanhado(a)	7	3.5
Não sabe	2	1.0
Total parcial	25	12.5
Não aplicável	175	87.5
Total	200	100.0

Outra das questões do estudo é saber em que situação se encontrava a vítima na altura que sofreu o crime, ou seja, se estava só ou acompanhado(a). Ao que se pode apurar 8% dos indivíduos na altura do crime encontrava-se sozinho(a), 3.5% encontrava-se acompanhado(a) e apenas 2 participantes não identificaram a sua situação.

Quadro 23.

Medidas descritivas da relação ofensor- vítima.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Estranho(a)	11	5.5
Conhecido(a)	9	4.5
Não Sabe	5	2.5
Total parcial	25	12.5
Não aplicável	175	87.5
Total	200	100.0

No que diz respeito à relação ofensor-vítima, os resultados (cf. Quadro 23) revelam que para 5.5% dos sujeitos o autor do crime é estranho(a), ao contrário do que foi revelado por 4.5% dos participantes que designaram o criminoso como sendo alguém conhecido(a). Constata-se que 5 indivíduos do estudo não souberam identificar a sua relação com o ofensor.

É chegado o momento em que averiguamos os aspetos relacionados com o contacto com as autoridades e a sua respetiva atuação. Questionou-se ainda os sujeitos vítimas de crime se oficializaram a queixa ou não e quais os motivos que os levaram a formalizar/não formalizar a queixa, bem como a sua satisfação/insatisfação das medidas tomadas pelas autoridades após a queixa formalizada (cf. Quadros 24,25,26,27,28,29).

Quadro 24.

Medidas descritivas do contacto com as autoridades.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	18	9.0
Não	7	3.5
Total parcial	25	12.5
Não aplicável	175	87.5
Total	200	100.0

Como se pode verificar (cf. Quadro 24), dos 25 sujeitos vítimas de crimes 9% dos indivíduos teve contacto com as autoridades e apenas 3.5% não tiveram qualquer tipo de contacto.

Quadro 25.

Medidas descritivas das justificações do contacto/não contacto com as autoridades.

Justificações para o contacto com as autoridades		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Confia	14	7.0
Vale a pena	2	1.0
Pela seguradora	1	0.5
Outro (Polícia chamada por terceiros)	1	0.5
Total parcial	18	9.0
Justificações para o não contacto com as autoridades		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não vale a pena	5	2.5
Total parcial	5	2.5
Não sabe/Não responde	2	1.0
Não aplicável	175	87.5
Total	200	100.0

Ao analisar as justificações das formalizações das queixas (cf. Quadro 25) o motivo mais apontado pelos sujeitos do estudo é a confiança que estes nutrem pelas autoridades, com 7% das respostas. Da amostra constata-se que 1% deu como motivo “vale a pena” para a formalização da queixa, assim como 0,5% dos sujeitos que referem que a formalização da queixa foi feita pela seguradora e por terceiros que chamaram a polícia.

No que respeita aos motivos que levaram a que algumas das vítimas do estudo 2.5% não tivessem entrado em contacto com os agentes de segurança (cf. Quadro 25), foi o motivo de “não vale a pena”, seguindo-se de dois sujeitos que não responderam a esta questão.

Quadro 26.

Medidas descritivas da formalização/não formalização da queixa.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	15	7.5
Não	2	1.0
Total parcial	17	8.5
Sem contacto com a polícia	7	3.5
Não sabe/Não responde	1	0.5
Não aplicável	175	87.5
Total	200	100.0

Dos inquiridos que entraram em contacto com a polícia, 7.5% optou por formalizar a queixa junto dos agentes de segurança, ao contrário dos 1% que não o fizeram (cf. Quadro 26). Sete dos participantes não tiveram contacto com a polícia e 1 indivíduo não respondeu a esta questão, como se pode constatar nos resultados do quadro.

Quadro 27.

Medidas descritivas das justificações relativas à formalização/não formalização da queixa.

Justificações para a formalização da queixa		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Confiança nas autoridades	5	2.5
Devido aos danos sofridos	3	1.5
Dever enquanto cidadão	1	0.5
Detenção do agressor	1	0.5
Recuperação de bens/dinheiro	1	0.5
Recuperação de documentos	1	0.5
Por medo	1	0.5
Total parcial	13	6.5
Justificações para a não formalização da queixa		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Descrença face à atuação da polícia	2	1.0
Total parcial	2	1.0
Sem contacto com a polícia	7	3.5
Não sabe/Não responde	3	1.5
Não aplicável	175	87.5
Total	200	100.0

Relativamente às vítimas que oficializaram a queixa tiveram diferentes justificações para o fazerem (cf. Quadro 26). Constata-se que 2.5% dos participantes referem a “confiança nas autoridades” e 1.5% dos sujeitos formalizou a queixa “devido aos danos sofridos”. Outras justificações foram dadas com 0.5% dos sujeitos respetivamente como “dever enquanto cidadão”, “detenção do agressor”, “recuperar dinheiro”, “recuperação

de documentos” e por último pelo fator “medo”. Verifica-se que aqui o total parcial é de 13 sujeitos, ou seja, 2 indivíduos além de terem apresentado queixa não justificaram o porquê de o terem feito.

Das vítimas que não entraram em contacto com a polícia verifica-se que a justificação dada por 1% dos sujeitos foi devido à “descrença face à atuação da polícia”.

Quadro 28.

Medidas descritivas das medidas tomadas pelas autoridades.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Registo da ocorrência	3	1.5
Ações de apoio	3	1.5
Encaminhamento para o Ministério Público	2	1.0
Atuação reativa	2	1.0
Detenção do suspeito	1	0.5
Nenhuma	1	0.5
Não especifica	1	0.5
Total parcial	13	6.5
Sem contacto com a polícia/Sem formalização da queixa	9	4.5
Não sabe/Não responde	3	1.5
Não aplicável	175	87.5
Total	200	100.0

O quadro 28 refere-se aos cuidados das autoridades após a formalização da queixa por parte da vítima, ou seja, as medidas tomadas pelos mesmos. Ao analisar os resultados verifica-se que 1.5% dos sujeitos responderam que as instâncias formais fizeram o “registo da ocorrência” e apoiaram a vítima. Outra das medidas tomadas pelas polícias foi o “encaminhamento para o Ministério Público” 1% e tiveram uma atitude de “atuação reativa” 1%. Podemos observar algumas afirmações dos sujeitos do estudo como “Fez a queixa”; “Apoio”, “Tentaram localizar os assaltantes”.

Quadro 29.

Medidas descritivas quanto ao grau de satisfação/ insatisfação face às medidas tomadas pelas autoridades e as razões pelas mesmas.

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	8	6.0
Não	5	2.5
Total parcial	13	8.5
Sem contacto com a polícia/Sem formalização da queixa	9	4.5
Não sabe/Não responde	3	1.5
Não aplicável	175	87.5
Total	200	100.0

Razões para a satisfação das medidas tomadas pelas autoridades		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Detenção do agressor	2	1.0
Maior sentimento de segurança	2	1.0
Fizeram o que puderam	2	1.0
Bom atendimento policial	1	0.5
Resolução do problema	1	0.5
Total parcial	8	6.0
Razões para a não satisfação das medidas tomadas pelas autoridades		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não resolução do problema	2	1.0
Ausência de informação	1	0.5
Processo arquivado	1	0.5
O crime continua	1	0.5
Total parcial	5	2.5
Sem contacto com a polícia/sem formalização da queixa	9	4.5
Não sabe/Não responde	3	1.5
Não aplicável	175	87.5
Total	200	100.0

Ao analisar o grau de satisfação/ insatisfação com as medidas assumidas pelas autoridades (cf. Quadro 29) dos 13 sujeitos da amostra, 6% indicaram estar satisfeitos com as medidas que foram referidas anteriormente e 2.5% revelam insatisfação com as mesmas. Note-se que 3 indivíduos não deram opinião sobre a sua satisfação com as autoridades.

No mesmo quadro analisa-se o porquê da satisfação ou não, em relação às medidas tomadas pelos agentes de segurança relativamente à queixa formalizada pela vítima (cf. Quadro 29). Assim, dos 8 participantes que fizeram queixa responderam encontrarem-se satisfeitos com as atitudes tomadas pelas autoridades, 1% dos inquiridos revelaram

razões como a “detenção do agressor”, obtiveram um maior sentimento de segurança 1%, destaca-se ainda o facto de os polícias “fizeram o que puderam” 1%. Motivos como “bom atendimento policial” e “resolução do problema” foram também apontados pelos sujeitos.

Os 5 indivíduos que se sentiram insatisfeitos com as medidas tomadas pelas autoridades (cf. Quadro 29) apontaram razões como “não resolução do problema” 1%. Com os mesmos valores, ou seja 0.5% respetivamente temos motivos como “ausência de informação”, “processo arquivado” e “o crime continua”. Do total parcial da amostra 3 indivíduos não revelaram o porquê de estarem insatisfeitos com as medidas tomadas pelas autoridades.

Antes de começar a analisar os quadros que se seguem temos de referir que esta parte de questões relativamente à vitimação refere-se à vitimação indireta. Aqui questiona-se os participantes do estudo relativamente a situações de vitimação, mas no que diz respeito a seus familiares e/ou conhecidos que tenham sido vítimas de crimes nos últimos 5 anos. O objetivo é entender a resposta dos sujeitos relativamente às pessoas que os rodeiam e que vivenciaram ou não situações de vitimação e o conhecimento dos motivos que levaram seus conhecidos e familiares a serem vítimas ou não de crimes.

Quadro 30.

Medidas descritivas das vítimas de crime nos últimos 5 anos (vitimação indireta).

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	21	10.5
Não	179	89.5
Total	200	100.0

A população do presente estudo quando questionada relativamente à vitimação indireta, 21 indivíduos (10.5%) responderam que nos últimos 5 anos tiveram conhecimento de pessoas próximas que sofreram episódios de vitimação (cf. Quadro 30). É de salientar ainda, nesta parte da vitimação que 89.5% da amostra não teve nenhum familiar ou conhecido(a) vítima de crime.

Os indivíduos que não têm conhecimento de vítimas de crimes seus conhecidos não são analisados nos quadros seguintes, uma vez que as questões só dizem respeito aos sujeitos que tiveram conhecimento de situações de vitimação indireta.

Quadro 31.

Medidas descritivas da relação ofensor-vítima (vitimação indireta).

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Familiar	14	7.0
Vizinho(a)	4	2.0
Amigo(a)	2	1.0
Total parcial	20	10.0
Não sabe/ Não responde	1	0.5
Não aplicável	179	89.5
Total	184	100.0

Relativamente à relação do ofensor com a vítima (cf. Quadro 31), ou seja, dos 20 participantes, 7% responderam que as vítimas eram “familiares”, 2% referiram que era “vizinho(a)” e 2 sujeitos da amostra afirmam que a vítima era uma pessoa “amigo(a)” e por último apenas 1 sujeito não revelou o tipo de relação que tinha com a vítima.

Quadro 32.

Medidas descritivas da tipologia de vitimação sofridos (vitimação indireta).

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Roubo	7	3.5
Assalto a residência	3	1.5
Furto em viatura	3	1.5
Furto	2	1.0
Roubo por esticção	2	1.0
Assalto	1	0.5
Burla	1	0.5
Violação	1	0.5
Violência doméstica	1	0.5
Total parcial	21	10.5
Não sabe/não responde	1	0.5
Não aplicável	179	89.5
Total	184	100.0

Do quadro 32 analisa-se os diferentes tipos de crimes sofridos pelas vítimas conhecidas dos inquiridos. Um dos crimes mais apontados por 7 indivíduos da amostra foi o “roubo” 3,5%, logo seguido do “roubo em residência” 1.5% e do “furto em viatura” 1.5%. Outros crimes foram ainda denunciados pelos sujeitos da amostra, entre os quais o “furto” 1% e o “roubo por esticção” 1%. Crimes como “assalto”, “burla”, “violação” e “violência doméstica” foram indicados por 1 indivíduo (0.5%) cada um. Apenas 1 indivíduo não soube especificar o tipo de crime sofrido pela sua vítima conhecida.

Quadro 33.

Medidas descritivas das consequências da vitimação (vitimação indireta).

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Danos materiais	15	7.5	200
Danos físicos	8	4.0	
Dano psicológicos	8	4.0	
Não aplicável	179	89.5	

Relativamente à vitimação indireta, no que concerne aos danos sofridos pelas vítimas conhecidas dos inquiridos (cf. Quadro 33), os danos materiais são os mais referenciados, com 7.5% das respostas, logo seguidos os danos físicos e psicológicos apontados por 4% respetivamente da amostra. No entanto, os inquiridos apontaram mais do que um dano sofrido, logo o número de danos não corresponde ao número real da amostra.

Quadro 34.

Medidas descritivas do período do dia de ocorrência dos crimes (vitimação indireta).

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Dia	17	8.5
Noite	4	2.0
Total parcial	21	10.5
Não aplicável	179	89.5
Total	200	100.0

De acordo com os 21 inquiridos o período do dia da ocorrência dos crimes de seus conhecidos foi maioritariamente durante o dia (8.5%), enquanto 4 indivíduos referem que o crime ocorreu durante a noite (cf. Quadro 34).

Quadro 35.

Medidas descritivas dos locais da ocorrência de crimes (vitimação indireta).

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Na Rua	13	6.5
Em Casa	6	3.0
Outro Local: Trabalho	1	0.5
Centro Comercial	1	0.5
Total parcial	21	10.5
Não aplicável	179	89.5
Total	200	100.0

O local do crime foi outra das questões analisadas, no qual se pode verificar (cf. Quadro 35) que a “rua” é o local onde 6.5% dos inquiridos referem o predomínio de ocorrências de vitimação, por outro lado 3% confirmaram que as suas vítimas

conhecidas foram alvos de crime no seu próprio domicílio. Porém 2 indivíduos referiram outros locais como o local de “trabalho” e o “centro comercial” 0.5%.

Quadro 36.

Medidas descritivas da situação da vítima quanto a estar só ou acompanhado (vitimação indireta).

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sozinho(a)	16	8.0
Acompanhado(a)	5	2.5
Total parcial	21	10.5
Não aplicável	179	89.5
Total	200	100.0

No que respeita à situação em que se encontrava a vítima conhecida, na altura do crime (cf. Quadro 36), pode confirmar-se que 8.0% das suas vítimas conhecidas encontrava-se sozinho(a) e 2.5% encontrava-se “acompanhado(a)”.

Quadro 37.

Medidas descritivas da relação ofensor- vítima (vitimação indireta).

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Estranho	11	5.5
Não sabe	8	4.0
Conhecido	2	1.0
Total parcial	21	10.5
Não aplicável	179	89.5
Total	200	100.0

As respostas à questão relativamente à relação ofensor-vítima (cf. Quadro 37), para 5.5% dos sujeitos o ofensor era “estranho” à sua vítima conhecida e apenas 1% confirma que se tratava de alguém “conhecido” da vítima. No entanto, 8 indivíduos responderam não terem informações sobre a relação do ofensor com a vítima.

Quadro 38.

Medidas descritivas do contacto com as autoridades (vitimação indireta).

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	17	8.5
Não	4	2.0
Total parcial	21	10.5
Não aplicável	179	89.5
Total	200	100.0

Ainda na análise da vitimação indireta também se colocou a questão em relação aos agentes de segurança. O eventual contacto com as autoridades por parte das vítimas

conhecidas foi de 8.5% e apenas 2% dos indivíduos não contactaram as mesmas (cf. Quadro 38).

Quadro 39.

Medidas descritivas das justificações do contacto/não contacto com as autoridades (vitimação indireta).

Justificações para o contacto com as autoridades		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Confia	8	4.0
Vale a pena	5	2.5
Dever social	1	0.5
Total parcial	14	7.0
Justificações para o não contacto com as autoridades		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não vale a pena	3	1.5
Total parcial	3	1.5
Não sabe/Não responde	4	2.0
Não aplicável	179	89.5
Total	200	100.0

Uma vez que se analisou o contacto/ não contacto com as autoridades pelas vítimas conhecidas dos inquiridos é importante saber as justificações das mesmas. Segundo os 14 sujeitos que contactaram as autoridades, passaram pelo argumento de confiança relativamente às autoridades com 4% das respostas, seguindo-se o motivo de “vale a pena” 2.5% e por último as vítimas vêm o contacto com as autoridades como um “dever social” 0.5%. Pelo contrário, o não contacto com as autoridades é fundamentado pela ideia de “não vale a pena” 1.5%. Dos 17 indivíduos, 2% não souberam responder o porquê da sua vítima conhecida não ter formalizado a queixa (cf. Quadro 39).

Quadro 40.

Medidas descritivas da formalização/não formalização da queixa (vitimação indireta).

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	12	6.0
Não	5	2.5
Total parcial	17	8.5
Sem contacto com a polícia	4	2.0
Não aplicável	179	89.5
Total	200	100.0

De acordo com os participantes do presente estudo, dos 17 indivíduos que contactaram as autoridades, 6% formalizou a queixa (12 indivíduos) em oposição a 2.5% dos sujeitos que não terão feito a formalização da queixa. Note-se que 2% dos indivíduos não tiveram qualquer contacto com a polícia (cf. Quadro 40).

Quadro 41.

Medidas descritivas das justificações para a formalização/não formalização da queixa (vitimação indireta).

Justificações para a formalização da queixa		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Para prevenir	3	1.5
Detenção do agressor	2	1.0
Confiança nas autoridades	2	1.0
Devido aos danos sofridos	1	0.5
Dever enquanto cidadão	1	0.5
Para resolução do caso	1	0.5
Seguradora	1	0.5
Total parcial	11	4.5
Justificações para a não formalização da queixa		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não justificam resposta	5	2.5
Sem contacto com a polícia	4	2.0
Não sabe/ Não responde	1	0.5
Não aplicável	179	89.5
Total	200	100.0

Procurou-se, então, identificar as justificações pelas quais as vítimas conhecidas dos inquiridos formalizaram ou não oficialmente a queixa obtendo várias respostas. De acordo com os sujeitos que oficializaram a queixa, 1.5% fê-lo para “prevenir”, pela “detenção do agressor” 1% e a “confiança nas autoridades” 1% (cf. Quadro 41). Outros inquiridos apontaram que as suas vítimas conhecidas formalizaram a queixa “devido aos danos sofridos” 0.5%, por entenderem ser “um dever enquanto cidadão” 0.5%, a necessidade de “resolução do caso” 0.5% e pela entidade “seguradora” 0.5%. Constatou-se que 1 indivíduo não sabe responder o porquê da vítima conhecida não ter formalizado a queixa. Relativamente aos inquiridos que não formalizaram a queixa 2.5% dos sujeitos não sabem justificar o porquê da não formalização.

Quadro 42.

Medidas descritivas das medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta).

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Encaminhamento para o Ministério Público	2	1.0
Encaminhamento para serviços de saúde	1	0.5
Caso arquivado	1	0.5
Registo da ocorrência	1	0.5
Tentativa de detenção do ofensor	1	0.5
Não especifica	5	2.5
Total parcial	11	4.5
Sem contacto com a polícia/ Sem formalização da queixa	4	2.0
Não sabe/ Não responde	6	3.0
Não aplicável	179	89.5
Total	200	100.0

No quadro 42, avaliamos a percepção que os sujeitos do estudo nos divulgam sobre as medidas tomadas para com as suas vítimas conhecidas. Deste modo, regista-se que dos 17 indivíduos, 3% não sabe identificar as medidas tomadas pelas autoridades ou não respondem a esta questão. De seguida, constata-se que 2.5% não especifica as medidas que a polícia tomou para com os ofensores.

Os sujeitos que afirmaram saber as medidas tomadas pode-se dar como exemplo o “encaminhamento para o Ministério Público” 1%, o “encaminhamento para serviços de saúde” 0.5%, o “caso arquivado” 0.5%, os polícias fizeram o “registo de ocorrência” 0.5% e por último 1 indivíduo refere a tentativa de detenção do ofensor.

Quadro 43.

Medidas descritivas do grau de satisfação/insatisfação face às medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta).

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	5	2.5
Não	2	1.0
Total parcial	7	3.5
Sem contacto com polícia/sem formalização da queixa	4	2.0
Não sabe/ não responde	10	2.0
Não aplicável	179	5.0
Total	200	100.0

Na sequência das medidas tomadas pelas autoridades é importante também saber se as vítimas conhecidas dos inquiridos ficaram satisfeitas ou não com essas mesmas medidas (cf. Quadro 43). Após a leitura do quadro constata-se que 10 indivíduos, ou

seja, a maioria não sabe se a vítima ficou satisfeita/ insatisfeita ou então não sabem responder à questão. Relativamente aos 12 indivíduos que pensam ter formalizado a queixa, 2.5% ficaram satisfeitos com os agentes de segurança e apenas 2 sujeitos não ficaram satisfeitos.

Quadro 44.

Medidas descritivas das justificações em relação à (in)satisfação com as medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta).

Justificações para a satisfação das medidas tomadas pelas autoridades		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Maior sentimento de segurança	2	1.0
Empenho da polícia	1	0.5
Detenção do agressor	1	0.5
Não especifica	1	0.5
Total parcial	5	2.5
Justificações para a insatisfação das medidas tomadas pelas autoridades		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não resolução do problema	2	1.0
Total parcial	2	1.0
Sem contacto com polícia/ Sem formalização da queixa	4	2.0
Não sabe/Não responde	10	5.0
Não aplicável	179	89.5
Total	200	100.0

Ao analisar o último quadro da vitimação indireta podemos averiguar que dos 5 participantes que identificaram estar satisfeitos com as medidas tomadas pelas autoridades, identificaram um “maior sentimento de segurança” 1%, outro motivo apontado por 1 indivíduo foi o “empenho da polícia”, também com 0.5% a “detenção do agressor” e por último 1 indivíduo não especifica a satisfação com as medidas. Por outro lado, as 2 vítimas que se mostraram insatisfeitos(as) com as medidas tomadas justificaram essa mesma insatisfação como “não resolução do problema” 1% (cf. Quadro 44).

Em suma, após a apresentação dos resultados obtidos no estudo passaremos à discussão dos mesmos.

3.3. Discussão dos Resultados

Será efetuada uma análise à primeira parte do estudo, as características sociodemográficas. Posteriormente, avançaremos para a discussão dos resultados da segunda parte do presente estudo, relacionada com a percepção de segurança/insegurança relativamente à zona de residência e por último analisaremos a terceira parte que estará relacionada com a vitimação direta e indireta da população bem como, o papel das autoridades de segurança e o seu contributo nesta área em termos de medidas tomadas.

Na presente investigação o questionário foi administrado a 200 indivíduos, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 15 e os 97 anos. Assim, conforme se verifica em termos de idades, estamos a estudar uma população maioritariamente adulta e idosa. A amostra, em termos de género, é mais ou menos equilibrada, no entanto, existem mais sujeitos do sexo feminino. No que concerne ao estado civil a maioria é solteiro(a) e mais de metade dos inquiridos apenas têm a escolaridade até ao 6º ano. Ora estamos a referir uma população algo envelhecida, com mais indivíduos do sexo feminino, o que poderá ter algum impacto sobre a percepção de crime e de risco. Afinal, certos autores (Ferreira, 1997; Giddens, 1991) enfatizam a ideia de que o risco é construído socialmente, estando referenciado em termos culturais individuais. Portanto, esta população específica e provavelmente envelhecida poderão ter uma percepção igualmente particular do que se passa na sua área de residência.

Em relação à situação profissional, mais de metade dos sujeitos do estudo são reformados(as) (49%) e desempregados(as) (21,5%). É de notar que estas variáveis sociodemográficas são, de acordo com Teixeira e Pinto (2012), características observadas naquela comunidade onde, ainda segundo os mesmos, se tem verificado um aumento da população idosa a par de uma baixa natalidade e acompanhada de um aumento do desemprego.

A segunda parte desta investigação refere-se à percepção de segurança/insegurança da população residente nesta área. Depois de proceder à análise dos resultados alcançados, conclui-se que os inquiridos consideram viver numa área segura (60% das respostas) produzindo verbalizações como “é muito sossegado” e “não há ocorrências”. Por outro lado e deveras preocupante, é que um número elevado de inquiridos (38%) considera a cidade em estudo, como sendo uma área de residência insegura. Ora, este número elevado revela-se preocupante pois segundo Giddens (1996), o aumento da criminalidade tem como causa subsequente o aumento do sentimento de insegurança

que pode ser explicado pelos processos de globalização, o aumento populacional e como consequência, o medo do crime por parte dos indivíduos.

Tal situação também vai de encontro aos aspetos decorrentes na cidade nos últimos tempos, pois tem-se verificado um aumento da criminalidade nesta área urbana (Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, 2012) o que influencia muito a vida diária dos indivíduos e o seu medo de viver naquela cidade.

Ainda em relação à perceção de segurança/insegurança, as razões que levam os indivíduos a sentirem-se inseguros são a presença de crime/perigo (24% da amostra) que consideram haver cada vez mais crime naquela área e consideram também, uma área insegura devido ao tráfico/ consumo de estupefacientes. Estes resultados confirmam o que Teixeira e Pinto (2012) referiram em relação a esta cidade, na qual, nos últimos tempos, se constatou um aumento do registo de conflitos, de comportamentos desviantes e de toxicodependência, sendo que tais condutas acabaram, por seu turno, por afetar a perceção de segurança e a qualidade de vida da população residente nesta área urbana.

De salientar o que foi dito no enquadramento teórico, estes resultados vêm também de acordo com os estudos nacionais que, segundo Cabral (2003) o sentimento de insegurança dos portugueses referia-se ao tráfico de droga (94% das respostas numa amostra de 100%) e a situação de desemprego (95% numa amostra de 100%).

Outra das questões relevantes e como objetivo fundamental do estudo incidiu sobre a opinião das pessoas em relação ao aumento do crime nos últimos cinco anos. Para além de 60% dos sujeitos terem dito que consideram viver numa área segura, a verdade é que dos 200 indivíduos da amostra, 167 consideram que a criminalidade tem vindo a aumentar, o que nos leva a inferir o porquê do número elevado também de respostas relativamente ao sentimento de insegurança por parte dos inquiridos. A respeito dessa questão, um número elevado de sujeitos fundamenta essa perceção de aumento em fatores como o desemprego/problemas económicos “deve-se à crise”, “por causa do desemprego”, logo seguidos da ocorrência de crimes bem como a presença de problemas e conflitos.

Considera-se pertinente referir Esteves (1998) que menciona que situações de desemprego e conflito podem conduzir a situações de delinquência. A presença de conflitos, a ocorrência de crimes e fatores de natureza económica são importantes indicadores a apontar para a perceção de insegurança da população residente nas grandes cidades (Tillmann et al, 2006).

No que respeita aos tipos de crimes que os sujeitos do estudo apontaram como mais abundantes na sua comunidade, verificou-se uma grande diversidade de crimes ocorridos na área, o que se torna um fator preocupante pois traduz a percepção negativa, por parte dos inquiridos, em relação à sua comunidade. No entanto, o crime de furto e o tráfico de drogas são os que mais se destacam nos crimes referenciados (cerca de 42% das respostas), bem como o roubo, referido por 77 sujeitos. Não obstante, é de salientar e de acordo com Chesnais (1981) os furtos e roubos tornam os sentimentos de insegurança da população residentes nas grandes cidades mais intensos, se bem que a comunicação social atualmente também contribui para a transmissão de informação que o criminoso está em todo o lado e pode este ser qualquer indivíduo.

Em relação aos crimes mais temidos pelos participantes do estudo destaca-se o assalto a residências e o roubo, com 59% das respostas, seguindo-se da agressão física apontada por 37,5%. Também nesta categoria há uma variedade de crimes referidos.

Nesta questão de crimes ocorridos/ temidos denotou-se após a análise, como sendo uma questão de investigação divergente e interessante de se analisar. Os crimes mais frequentes naquela cidade não são convergentes com os crimes mais temidos pela população, à exceção do roubo que se apresentou como o único a estar presente de forma marcada entre a lista dos crimes mais temidos e os mais frequentes. Ora, isto vai de encontro do que Esteves (1999) referiu quando explicou o crime percebido como mais temido nem sempre é o que se verifica mais naquela região. Efetivamente reforça o autor, pode verificar-se que as pessoas percebiam como mais temidos os crimes que, não sendo os mais frequentes, são os de que mais se ouve falar.

Comparando as respostas dos inquiridos a esta questão com o estudo efetuado por Esteves (1995) na cidade de Lisboa, também os sujeitos do estudo revelaram o roubo, o assalto a residência e os atos de vandalismo como os crimes mais temidos. Isto transmite-nos a ideia de que nem sempre os crimes ocorridos estão diretamente ligados ao medo do crime (Sani & Nunes, 2013b).

Em relação às causas originadoras da ocorrência dos crimes, os participantes do estudo apontam como primeira condição a pobreza/desemprego (85% das respostas) seguindo-se do consumo de drogas/álcool e o policiamento deficitário. Note-se que o desemprego já foi referido como uma das causas do aumento da criminalidade nesta cidade. Além disso, como Esteves (1999) referiu as causas e o receio do crime têm origem em diversos fatores sociais, psicológicos e económicos que variam de indivíduo para indivíduo.

De salientar também o autor Wikstrom (1990) que afirma ser também nas grandes e populadas cidades, que estão concentradas as grandes categorias de crimes sendo assim fácil de entender a relação entre crescimento urbano e criminalidade.

Em relação ao consumo de drogas/álcool são também causas apontadas pelos indivíduos sendo este um fenómeno já estudado por diversos autores na sua associação com o crime (Nunes, 2011; Nunes & Trindade, 2013). Esses mesmos autores, no entanto, referem que o crime não apresenta uma relação causal em relação ao consumo de drogas.

No que diz respeito às incivildades mais praticadas/observadas na sua área de residência os sujeitos do estudo, apontam a dispersão do lixo nas ruas, o estacionamento caótico, os danos provocados em equipamentos públicos e o ato de urinar na via pública como sendo as incivildades mais praticadas nesta cidade. Note-se que várias investigações revelam que os níveis do medo do crime interferem com estas incivildades sociais e físicas como lixo na rua, características sociodemográficas (sexo, idade, estado civil, etc.), todas estas características do espaço urbano estão ligadas ao medo do crime por parte dos residentes nas grandes cidades (Brites, Miranda & Baptista, 2004; Machado, 2004).

Também os autores Whitley e Prince (2005) defendem que todas estas incivildades que os inquiridos apontaram contribuem para uma baixa credibilidade do espaço, com influência nefasta no bem-estar da população e, obviamente afeta a prática de delitos. Assim conclui-se, que incivildades como estas levam a que os residentes tenham sentimentos de insegurança e medo, não protegendo as suas habitações ou espaços, dando assim, também a possibilidade aos ofensores para cometerem os crimes podendo ser também uma das grandes causas do aumento da criminalidade nas grandes cidades.

A terceira categoria analisada diz respeito à vitimação, onde se pretende analisar se os inquiridos foram ou não vítimas de crimes nos últimos cinco anos e se conhecem alguém que também tenha sido. Procura-se também nesta parte da investigação, o contacto com as autoridades aquando da ocorrência do crime e a formalização ou não da queixa às mesmas.

Neste estudo cerca de 87% dos sujeitos afirmam não terem sido vítimas de qualquer crime nos últimos cinco anos enquanto 25 sujeitos admitiram terem sido vítimas de crimes. Recorde-se o que foi referido anteriormente, no enquadramento teórico, relativamente ao facto de os moradores das grandes cidades estarem mais propensas à

vitimação do que os habitantes das zonas rurais (Fattah, 2010). Os autores Neves e Fávero (2010) defendem que a variação da vitimação depende sobretudo de características sociodemográficas das populações, aspetos sociais e espaciais. Ora, sendo esta uma amostra relativamente idosa, podem estes fatores também serem causas para que nesta cidade haja um elevado número de inquiridos com sentimentos de insegurança uma vez que são sujeitos mais vulneráveis e propensos a serem vítimas de crimes.

Na amostra também se verifica que dos 200 sujeitos, 10% afirmaram conhecer alguém que já tenha sido vítima de crime. Consta-se com estes resultados que a vitimação foi vivenciada nesta área quer diretamente quer indiretamente nos últimos cinco anos. Os crimes mais sofridos pelas vítimas foram o furto, tráfico de drogas, roubo e assalto a residências. Relativamente às consequências sofridas por estas 25 vítimas, os danos materiais são os mais referenciados com um total de 9,5% no entanto os danos físicos e psicológicos também são apontados o que não quer dizer que não estejam também incluídos nos danos materiais uma vez que as vítimas que sofrem de crimes como roubo por exemplo podem ficar afetadas fisicamente e psicologicamente.

Consideramos importante realçar Ferreira (1997) que defende que nos últimos tempos os danos materiais têm tido um aumento significativo nas regiões suburbanas e urbanas, este acontecimento pode estar associado ao aumento do desemprego e à pobreza, que são dos fatores também apontados pelos inquiridos do estudo sendo estes fatores importantes para a causa das ocorrências criminais. Percebemos ainda, que os danos materiais provocam nos indivíduos de acordo com os estudos realizados, sentimentos elevados de insegurança e medo de residirem nas grandes cidades.

Em termos temporais e espaciais, os inquiridos do presente estudo referiram o período diurno como sendo aquele em que mais ocorre os crimes e em espaços públicos, ou seja, na rua seguido do espaço “casa”. De salientar o autor Esteves (1998) quando afirma que os locais e as circunstâncias influenciam as sensações de segurança e insegurança, pois os inquiridos sendo vítimas de crimes durante o dia evitam passar em certas ruas, avenidas e jardins sofrendo assim a sua vida quotidiana alterações para evitarem o perigo.

Aquando da ocorrência do crime as vítimas encontravam-se sozinhas(os) (16 casos) e o crime era cometido por indivíduos desconhecidos à vítima (11 casos). Ainda nesta parte da vitimação surgem questões relativas às autoridades de segurança. Segundo os inquiridos que sofreram vitimação, a maioria contactou a polícia (9%) enquanto as

restantes não recorreram a esta instância (3,5%). Das vítimas que contactaram a polícia, justificam esse procedimento, pela confiança depositada neste órgão institucional em relação ao seu trabalho. Pelo contrário 2,5% dos sujeitos admitiram não fazer a queixa por acharem que não vale a pena. Desses indivíduos, 15 formalizaram a queixa que justificam pela confiança e pelos danos sofridos aquando da ocorrência. Dos indivíduos que não formalizaram a queixa, a única justificação dada foi o facto de não confiar na atuação policial (1%).

Destes resultados podemos ressaltar que, na opinião destes sujeitos, a polícia tem um papel fundamental na sua atuação uma vez que dão justificações plausíveis para a formalização da queixa. Podemos também aqui remeter e relembrar autores que defendem que os motivos que levam os indivíduos a não formalizar a queixa é o sentimento de culpa como vítima, a eficácia do sistema judicial, o medo de represálias pelas entidades formais e muitas das vezes as vítimas preferem manter a sua vitimação na esfera privada (Thompson et al, 2007).

É interessante verificar esta opinião dos inquiridos em relação às autoridades quando comparamos com o que vários autores referem e investigaram em relação ao nosso país, que é considerado o país com maior número de polícias por habitante e o maior em percentagem de insatisfeitos com o trabalho dos polícias, bem como na não formalização dos crimes às autoridades por falta de confiança no sistema de intervenção policial (Ferreira, 1997). Oliveira (2006) defende que estes exercem um papel mais reativo do que preventivo, daí ser necessário existir uma maior cooperação entre a população e estas entidades para que o policiamento de proximidade seja mais aceite e percebido pelas populações.

Por último, a vitimação indireta surgiu mencionada por 21 inquiridos da amostra que referem conhecer alguém que tenha sido vítima de crimes nos últimos cinco anos e essa vítima era familiar (14 dos 21 identificados) uma vez mais, podemos inferir uma das razões pelo sentimento de insegurança. Também nesta categoria de vitimação indireta, os danos sofridos pelas vítimas são de carácter material e ocorreram durante o período de dia (17 casos), em espaço público sendo a rua e o local de trabalho os sítios mais apontados na ocorrência dos crimes. Os ofensores eram também indivíduos desconhecidos das vítimas. Aqui podemos constatar que os resultados obtidos na amostra revelam o que Rico e Salas (1988) defenderam “ (...) *o medo do crime parece aumentar consideravelmente quando as pessoas entrevistadas estão informadas sobre os delitos em que as vítimas eram conhecidas ou vizinhas (...)* ”.

A confiança nas autoridades por parte destes participantes terá ajudado ao contacto com as autoridades sendo que 12 sujeitos formalizaram a queixa para evitar situações futuras. Os motivos de confiança depositados nas instâncias formais são dados pelos sujeitos pelo apoio social prestado e a resolução de problemas tendo como objetivos combater o crime e o sentimento de insegurança que se vive que de acordo com o autor Oliveira (2006) é deveras importante a tentativa de cooperação entre os polícias e os cidadãos e a celebração de Contratos Locais de Segurança por parte da PSP.

Concludentemente, de acordo com os resultados que foram apresentados e discutidos ao longo da dissertação, pode-se averiguar que a população portuguesa está cada vez mais violenta, isto pode ser explicado por fenómenos recentes de aumento populacional, pobreza/desemprego, pelos meios de comunicação social e até atores com influência social (Machado, 2004).

Assim sendo, para prevenir e evitar o crime apenas é possível através de um aumento de autoridades de segurança, através de avaliações comunitárias e da cooperação da população com as entidades de instância formal. É também importante repensar nos espaços e nas habitações centradas na prevenção criminal (Sani & Nunes, 2013a).

Conclusão

A presente dissertação, ainda que, com limitações que serão discutidas ao longo da conclusão, permitiu de certo modo, corroborar dados nacionais e internacionais, clarificando que os crimes nas cidades é uma realidade relativamente comum. E para além disso, pelo carácter inovador desta temática, entendemos que este pequeno contributo possa levar a investigação sobre esta temática a novos horizontes na exploração do fenómeno a nível nacional em investigações futuras.

Ao longo desta investigação, foi exposta uma revisão teórica selecionando cuidadosamente os constructos que fossem mais adequados para a obtenção de um conhecimento mais aprofundado sobre o fenómeno da segurança/insegurança, criminalidade e vitimação nas grandes cidades. Quanto à parte científica, esta caracteriza-se pelos processos metodológicos usados de forma integradora e objetiva, tendo por base o estado da arte e o tema base deste estudo.

Uma primeira conclusão do estudo realizado prende-se com a análise das respostas dos inquiridos em termos dos crimes, ou seja, o facto de não haver uma ligação direta entre os crimes mais frequentes ocorridos naquela cidade e os crimes mais temidos pelos participantes. Os crimes mais frequentes apontados pelos sujeitos do estudo foram o crime de furto, tráfico de estupefacientes e roubo, enquanto os mais temidos são o roubo, assalto a residência e agressão física.

Estas respostas levam-nos a pensar que o sentimento de insegurança dos indivíduos não está necessariamente presente apenas na ocorrência dos crimes. Há um sentimento de insegurança por parte da população mesmo não tendo sido vítimas de crimes, portanto as razões podem ser subjetivas e/ou objetivas como as informações dadas pela comunicação social, o conhecimento de vítimas indiretas, podem gerar nestes indivíduos a sensação de desconforto e instabilidade que gera desconfiança, nervosismo, medo e ansiedade no seu meio envolvente, isto é, na sua zona de residência.

No que respeita aos problemas vividos naquela cidade relacionam-se com a pobreza/desemprego, tráfico de drogas e também a presença de várias incivildades existentes na área como dispersar lixo para o chão, urinar na via pública, estacionamento caótico, espaços e equipamentos públicos degradados. Estas incivildades ocorridas na área não geram diretamente sentimentos de insegurança e vitimação mas contribuem para uma imagem degradada da zona onde estes inquiridos

residem e conseqüentemente afetam a comunidade em termos de bem-estar e vida social.

No que concerne às instâncias formais a população atribui um papel ativo, fundamental e eficaz na sua atuação; no entanto, referem que é preciso mais policiamento naquela área sugerindo como solução um maior policiamento, a reabilitação das ruas e habitações degradadas, a redução da poluição e ruído, o aumento de apoios a nível social, educacional e económico e também uma maior prevenção criminal.

Apesar de já haver estudos realizados nesta área e aos poucos tentar-se prevenir e alertar a comunidade, muitos desafios ainda se colocam à investigação. Deste modo, seria de todo relevante estudos mais criteriosos face ao tipo de crime mais comumente vivido nas cidades, para assim configurar uma mais-valia face à criminalidade, ou seja, se dos crimes mais frequentes nesta cidade são o furto e o roubo, poder-se-ia estudar que tipo de espaços são mais acessíveis para os crimes ocorrerem para assim delinear estratégias a nível preventivo através por exemplo, do *design* (Newman, 1973).

De acordo com os autores Brantingham e Brantingham (1993) seria importante neste tipo de estudos para além dos inquéritos de vitimação, estudar as atividades do dia-a-dia da população nas zonas de maior fluxo, ou seja, as mais atrativas ou geradoras de criminalidade. Deste modo teríamos uma relação entre a criminologia ambiental e os dados sociais que permitiriam uma informação mais alargada dos eventos criminais em cada zona (Felson, 2002).

No mesmo sentido, interessa privilegiar investigações longitudinais que permitam proceder a análises comparativas em termos de flutuação de criminalidade em diversos momentos temporais, também seria vantajoso o estudo de outras cidades portuguesas em diferentes regiões do país para assim ser possível uma representação do fenómeno mais abrangente no território nacional (Machado, 2004).

Ao longo do estudo, através das respostas dos inquiridos percebe-se o sentimento de insegurança por maior parte dos sujeitos bem como o aumento da criminalidade nos últimos cinco anos, pelo que é de todo pertinente tomar medidas eficazes.

A aposta na formação, apoio e condições das forças policiais, o trabalho conjunto das equipas multidisciplinares com a interação entre os diferentes técnicos, várias instituições como escolas, centros de saúde seriam eficazes em termos corretivos e preventivos. Estes objetivos só serão conseguidos através de avaliações comunitárias selecionadas, de programas comunitários em que se privilegia o envolvimento das

populações e por fim através de programas arquitetónicos e paisagísticos voltados para a prevenção criminal (Sani & Nunes, 2013a).

Assim sendo, é possível concluir que é necessário traçar objetivos concretos para a redução da perceção de insegurança e vitimação nesta cidade para dignificar as condições de vida da população, auxiliar a integração das famílias na respetiva comunidade e reforçar a confiança da população em relação às autoridades de segurança.

No entanto é importante salientar que para haver redução da criminalidade não basta apenas a prevenção e a consciencialização por parte das forças de segurança pública, mas também da população, ou seja, do envolvimento comunitário e a sua participação com o sistema de controlo na ação destes sobre os fenómenos considerados desviantes.

Como em todos os estudos também este tem limitações importantes a referir. Uma primeira limitação relaciona-se, com a questão das “cifras negras”, que é sem dúvida o “calcanhar de Aquiles” deste género de estudos pois é impossível que esta investigação contemple todo o universo real de todos os crimes ocorridos/temidos naquela área. Para além de a amostra ser razoável e interessante, os crimes ocorridos/temidos/sofridos devem ser maiores do que os que foram relatados (Neves & Fávero, 2010).

Outra limitação relaciona-se com o facto das dinâmicas referentes à vitimação serem apenas analisadas através dos relatos das vítimas e não também por parte dos ofensores o que poderá revelar numa representação “errada” da realidade em estudo.

Salienta-se ainda, a natureza subjetiva do relato das experiências de vitimação neste tipo de estudos, pois o autorrelato poderá ser influenciado por características mnésicas como o esquecimento, que poderão não permitir uma caracterização pormenorizada do evento criminal experienciado ou mesmo não querer revelar por várias razões a vitimação sofrida pelo impacto que pode ter tido a nível físico/psicológico aquando da ocorrência do crime (Neves & Fávero, 2010).

Uma última limitação é a nível empírico, uma vez que em termos de revisão bibliográfica a informação sobre este tipo de estudos é reduzida o que dificultou também a investigação.

No que concerne aos objetivos gerais e específicos delineados para a presente dissertação os objetivos foram alcançados, uma vez que foram dadas as respostas aos objetivos gerais, ou seja, a perceção da insegurança/segurança e a vitimação naquela área urbana. Através dos resultados obtidos entendemos que a maioria da amostra sente-se segura na sua área de residência, contudo, consideram que a criminalidade aumentou

naquela zona nos últimos cinco anos. Em relação à perceção de vitimação chegou-se à conclusão que nesta zona a maioria dos sujeitos não foi vítima de crime e dos inquiridos que foram vítimas a maioria formalizou queixa junto das autoridades de segurança justificando estarem satisfeitos com as medidas tomadas pelos mesmos.

Sumariamente existem poucos estudos nesta área em Portugal, mas os que existem são interessantes e contribuíram para a realização desta investigação. Com este trabalho ambicionamos alertar a comunidade científica nacional para este tipo de estudos importantes, no sentido de continuar a investir no seu aperfeiçoamento para conhecer a realidade do fenómeno no nosso país.

Assim, e apesar destas limitações, consideramos ter atingido os objetivos propostos para o estudo e ter dado mais um passo no conhecimento relativo à importância dos diagnósticos locais de segurança especialmente nas grandes cidades.

Referências Bibliográficas

- Almeida, M. R. & Alão, A. P. (1995). *Inquérito de vitimação 1994*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.
- Almeida, L. S. & Freire, T. (2008). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. (5ª ed.). Porto: Psiquilibrios edições.
- Almeida, F. & Paulino, M. (2012). *Profiling, Vitimologia & Ciências Forenses: Perspetivas Atuais*. Lisboa: Lidel.
- Alves, A.C. (2011). *Contributo para uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2002). Projeto CÍBELE. *Estudos sobre prevenção do crime e vitimação urbana* (pp. 7-77; 99-116).
- Batitucci, E. (2010). A evolução institucional da Polícia no século XIX: Inglaterra, Estados Unidos e Brasil numa perspetiva comparada. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 7, 30-44.
- Bayley, D. (2006). *Padrões de policiamento* (2ª Ed.; R. Belmonte, Trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Original publicado em 1985).
- Bernasco, W. (2009). *Crime Patterns and Analysis: Foraging Strategies of Homo Criminalis: Lessons from behavioral ecology*. Netherlands: Institute for the study of crime and law enforcement (NSCR).
- Brantingham, P.J. & Brantingham, P.L. (1991). Introduction: the dimensions of crime. In P.J. Brantingham & P.L. Brantingham (Eds.). *Environmental criminology*. (pp. 7-26). Brooklyn: Waveland Press.
- Brantingham, P.J. & Brantingham, P.L. (1993). Environment, routine and situation: towards a patterns theory of crime. In R.V. Clarke. & M. Felson (Eds.). *Routine*

- Activity and Rational Choice. Advances in criminological theory.* (5). (pp. 259-294). New Brunswick: Transaction Publishers.
- Brantingham, P.J. & Brantingham, P.L. (2008). Crime pattern theory. In R. Wortley & L.Mazerolle. *Environmental Criminology and Crime Analysis.* (pp. 78-93). Devon: Willan Publishing.
- Brites, J. (2010). Percepção de risco e medo do crime na caracterização do espaço físico e social. *Psychologica*, 52 (1), 315-325.
- Brites, J., Miranda, R. & Baptista, A. (2004). Natureza e desenvolvimento do índice do medo do crime-INC. In C. Machado, L. S. Almeida, M. Gonçalves & V. Ramalho (Eds). *Avaliação Psicológica: Formas e contextos.* (pp. 243-250). Braga: Psiquilibrios Edições.
- Budd, T., Sharp, C & Mayhew, P. (2005). *Offending in England and Wales: first results from the 2003. Crime and Justice Survey.* London: Home Office. [Em linha]. Disponível em <<http://www.homeoffice.gov.uk/rds/pdf503/hors275.pdf>> [Consultado em 23/04/2015].
- Burns, N. & Grove, S.K. (1993). *The practice of nursing research: conduct, critique and utilization.* (2ªed.). Philadelphia: W. B. Saunders Inc.
- Cabral, M.V. (2003). A União Europeia, o alargamento e o futuro da Europa. *Eurobarómetro*, 58, 26-27.
- Caetano, M. (2003). *Princípios Fundamentais de Direito Administrativo.* Coimbra: Almedina.
- Casey, L. (2008). *Engaging communities in fighting crime.* London: Cabinet Office.
- Castro, C. (2002). *Competências dos serviços de Polícia Municipal: sentido e limites de actuação.* Coimbra: Centro de estudos e Formação Autárquica.

- Chesnais, J-C. (1981). *Histoire de la Violence en occident de 1800 à nos jours*. Paris: Loffont.
- Cohen, L. & Felson, M. (1979). Social Change and Crime Rate Trends: A routine Activity Approach. *American Sociological Review*. (pp. 588-608). Urbana: University of Illinois.
- Cornish, D.B. & Clarke, R.V. (1986). Introduction. In D.B. Cornish & R.V. Clarke (Eds.). *The Reasoning Criminal: Rational Choice Perspectives on Offending*. (pp. 13-45). New York: Springer- Verlag.
- Cornish, D.B. (1993). Theories of action in criminology: Learning theory and rational choice approaches. In R.V. Clarke & M. Felson (Eds). *Routine Activity and Rational Choice*. (pp. 351-382). New Brunswick: NJ7 Transaction.
- Cornish, D.B. & Clarke, R.V. (2008). The rational choice perspective. In R. Wortley & L. Mazerolle. *Environmental Criminology and Crime Analysis*. (pp. 23-47). Devon: Willan Publishing.
- Eurostat. (2006-2009) [Em linha]. Disponível em <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/crime/data/database.pdf>> [Consultado em 21/05/2015].
- Cusson, M. (2000). La prévention du crime par la police: tactiques actuelles et orientations pour demain. *Revue de Droit Pénal et de Criminologie* (Février), 113-134.
- Cusson, M. (2002). *Criminologia*. Alfragide: Casa das Letras.
- Esteves, A. (1998). *A criminalidade na cidade de Lisboa: uma geografia da Insegurança*. Lisboa: Polícia de Segurança Pública.
- Dias, J. & Andrade, M. (1997). *O Homem Delinvente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Editora Coimbra.

- Dignan, J. (2005). *Understanding victims and restorative justice*. New York: McGraw Hill.
- Direcção Geral de Administração Interna (2009). *Manual de diagnósticos locais de segurança. Uma compilação de normas e práticas internacionais* (M. Correia, Trad.). Lisboa: Ministério da Administração Interna. [Em linha]. Disponível em <http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual%20Diagnosticos%20Locais%20de%20Seguranca.pdf> [Consultado em 10/02/2015]
- Esteves, A. (1999). *A criminalidade na cidade de Lisboa. Uma geografia da insegurança*. Lisboa: Edições Colibri.
- Farrington, D. (1996). The explanation and prevention of youthful offending. In J. Hawkin (Ed). *Delinquency and crime. Current theories*. (pp. 149-197). New York: Cambridge University Press.
- Fattah, E. (2000). Victimology: Past, Present and Future. *Criminologie*, 33, 17-46.
- Fattah, E. (2010). Da investigação ao ativismo, da academia, ao partidarismo e a resultante empobrecimento da Vitimologia. In S. Neves & M. Fávero. *Vitimologia: ciência e ativismo*. (pp. 49-86). Coimbra: Almedina.
- Fávero, M. & Neves, J. (2010). *Vitimologia: ciência e ativismo*. Coimbra: Almedina.
- Felson, M. (2002). *Crime and Everyday Life*. (3ªed). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Felson, M. (2008). Routine activity approach. In R. Wortley & L. Mazerolle. *Environmental Criminology and Crime Analysis*. (pp. 70-77). Devon: Willan Publishing.
- Ferreira, E. (1997). *Crime e insegurança em Portugal- padrões e tendências, 1985-1996*. Lisboa: Celta.

- Fernandes L. & Rêgo, X. (2011). Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Etnográfica*, 15 (1), 167-181.
- Fortin, M.F. (2009). *O Processo de Investigação: da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Garofalo, J. (1981). The fear of crime: causes and consequences. *Journal of criminal Law and Criminology*, 72, 839-857.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- Gilling, D. (1997). *Crime Prevention: Theory, policy and politics*. London: Routledge.
- Gonçalves, R. A. & Machado, C. (Coords.) (2002). *Violência e vítimas de crimes*. (vol. I – Adultos). Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, R. (2008). *Delinquência, crime e adaptação á prisão*. Coimbra: Quarteto.
- Hill, M. & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário*. (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Hur, M. & Morrow-Jones, H. (2008). Factors That Influence Residents' Satisfaction With Neighborhoods. *Environment and Behavior*, 40 (5), 619-635.
- Leite, M. (2005). Violência, insegurança e cidadania. Reflexões a partir do Rio de Janeiro. *Observatório da Cidadania*, 66-70.
- Lourenço, N. & Lisboa, M. (1998). Violência, criminalidade e sentimento de insegurança. *Revista Textos*, 2, 45-60.
- Machado, C. (2004). *Crime e Insegurança: discursos do medo imagem do outro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Maia, R. (2011). Relatório final do projecto. Vivências e percepções sobre o trabalho e as condições de trabalho dos agentes da PSP. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- [Em linha] Disponível em

- <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2946/1/VIV%C3%84NCIAS%20E%20PERCEP%C3%87%C3%95ES%20SOBRE%20O%20TRABALHO%20E%20AS%20CONDIC%C3%87%C3%95ES%20DE%20TRABALHO%20DOS%20AGENTES%20DA%20PSP.pdf> In A. Sani & L. Nunes (2013). *Crime e vitimação. Polícia e análise de comunidades urbanas*. Porto: Edições UFP. [Consultado em 06/06/2015].
- Martins, C. (2011). *Manual de análises de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS: saber decidir, fazer, interpretar e reagir*. Braga: Psiquilibrios.
- Ministério da Administração Interna (2011). *Relatório Anual de Segurança Interna 2012*. [Em linha]. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI%202012_vers%C3%A3o%20final.pdf> [Consultado em 12/01/2015].
- Ministério da Administração Interna (2012). *Relatório anual de Segurança Interna 2013*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.portugal.gov.pt/media/1391220/RASI%202013.pdf>> [Consultado em 06/06/2015].
- Neto, T. (2006). Em busca de um conceito de nova prevenção. *Revista Eletrónica de Ciências Jurídicas*. RECJ.DS.001/061.
- Newman, O. (1973). *Defensible space, people and design in the violent city*. London: Architectural Press.
- Nunes, L. (2011). *Droga-Crime: (Des) Construções*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Nunes, L. & Trindade, J. (2013). *Criminologia: trajetórias transgressivas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Nunes, L. & Trindade, J. (2014). *Delinquência – percursos criminais – desenvolvimento, controle, espaço físico e desorganização social*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

- Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento. A emergência do policiamento de proximidade*. Lisboa: Edições Almedina.
- Perkins, D., Brown, B. & Brown, G. (2004). Incivilities, Place Attachment and Crime: Block and Individual Effects. *Journal of Environmental Psychology*, 24, 359-371.
- Pinto, E., Santos, A. & Teixeira, C. (2012). *Plano de desenvolvimento social 2012-2014- Vila Nova de Gaia*. Rede Social. [Em linha] Disponível em <<http://www.cm-gaia.pt/documentos/PDS.pdf>> [Consultado em 20/06/2015].
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramírez, B.F. (2000). El Medio Urbano. In J. Araganés & M. Américo. *Psicologia Ambiental* (pp. 259-280). Madrid: Psicologia Pirâmide.
- Rico, J.M. & Salas, L. (1988). *Inseguridad ciudadana y policía*. Madrid: Editorial Tecnos SA.
- Rito, O. & Nunes, M. (2012). *Plano de desenvolvimento social 2012-2014. Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Rede Social. Município de Vila Nova de Gaia. [Em linha] Disponível em <http://www.cm-gaia.pt/documentos/PDS.pdf> [Consultado em 12/03/2015].
- Robert, P. (2007). *Sociologia do Crime*. Petrópolis: Vozes.
- Roché, S. (1993). *Le Sentiment d'Insécurité*. Paris : PUF.
- Roché, S. (1996). *La société incivile. Qu'est-ce que l'insécurité ?* Paris: Seuil.
- Rossmo, D. K. (2000). *Geographic Profiling*. Boca Raton: CRC Press.
- Sani, A. & Nunes, L. (2012). *Relatório de inquérito. Diagnóstico local de segurança na freguesia da Sé (Porto)*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. [Em linha] Disponível em < <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3313/1/Relat%C3%B3rio->

- Bairro%20da%20S%C3%A9/o20_31.07.12_%205Bpublica%C3%A7%C3%A3o%20online%5D.pdf> [Consultado em 29/02/2015].
- Sani, A. & Nunes, L. (2013a). *Crime e vitimação. Polícia e análise de comunidades urbanas*. Porto: Edições UFP.
- Sani, A. & Nunes, L. (2013b). Questionário de diagnóstico local de segurança: Estudo numa comunidade urbana. *Análise Psicológica*, 2 (31), 185-195.
- Santos, A., Teixeira, C & Pinto, E. (2012). *Plano de Desenvolvimento Social 2012-2014 Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Departamento Municipal de Ação Social e Saúde. [Em linha] Disponível em <<http://www.cm-gaia.pt/documentos/cmg/Ac%C3%A7aosocial/PDS2012.PDF>> [Consultado em 10/07/2015].
- Skogan, W. (1986). Fear of Crime and Neighborhood Change. *Crime and Just*, 8, 203–224.
- Tavares, C. & Geoffrey, T. (2007). Crime and Criminal Justice. *Statistics in focus: Population and Social Conditions*, 15, European Communities. [Em linha] Disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-07-015/EN/KS-SF-07-015-EN.PDF> [Consultado em 01/07/2015].
- Thompson, M., Sitterle, D., Clay, G. & Kingree, J. (2007). Reasons for not reporting victimizations to the police: do they vary for physical and sexual incidents? *Journal of American College Health*, 55 (5), 277-282.
- United Nations (1990). Inventory of comprehensive crime prevention measures. In *Crime Prevention and Criminal Justice in the context of development: realities and perspectives of international co-operation*. Cuba: Eighth United Nations Congress on the prevention of crime and the treatment of offenders.

- United Nations Office on Drugs and Crime (2006). *Compendium of United Nations standards and norms in crime prevention and criminal justice*. New York: United Nations.
- Walker, H. M. & Shinn, M. R. (2002). Structuring school- based interventions to achieve integrated primary, secondary and tertiary prevention goals for safe and effective schools: Structuring School- Based Interventions. In *Interventions for Academic and Behavior Problems II: Preventive and Remedial Approaches, 1*, 1-25.
- Whitley, R. & Prince, M. (2005). *Fear of crime, mobility and mental health in inner-city*. London: Journal Social Science & Medicine.
- Wikstrom, P-O. (1990). *Crime and measures against crime in the city*. Sweden: National Council for Crime Prevention.
- Wortley, R. & Mazerolle, L. (2008). Environmental criminology and crime analysis: situating the theory, analytic approach and application. In R. Wortley & L. Mazerolle. *Environmental Criminology and Crime Analysis*. (pp. 1-16). Devon: Willon Publishing.

Anexos

Anexo A

Assunto: Solicitação para a utilização do Questionário de Diagnóstico Local de Segurança no âmbito da tese de mestrado em Psicologia Jurídica

Exmas. Sras. Doutoras Ana Sani & Laura Nunes

O meu nome é Sílvia Coutinho Martins, aluna nº 15188, da Universidade Fernando Pessoa, encontrando-me a elaborar a minha dissertação de Mestrado no âmbito do Curso de Mestrado em Psicologia Jurídica. O estudo da investigação tem como tema o Crime e Vitimação: A Perceção da Insegurança/Segurança da População de Vila Nova de Gaia.

O objetivo do estudo é caracterizar e compreender a perceção do sentimento de insegurança/segurança nas componentes objetivas e subjetivas que a população deste concelho tem sobre o sitio onde residem relativamente aos crimes ocorridos e se já foram vítimas de algum tipo de crime.

Venho então por este meio, solicitar a vossa permissão para utilizar três partes do Questionário de diagnóstico local de segurança desenvolvido pelas Professoras Doutoradas em colaboração com o Comando Metropolitano do Porto.

Agradeço desde já a vossa atenção e disponibilidade.

Atentamente,

Sílvia Coutinho Martins